

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**A CONSTITUIÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO  
ELEMENTAR EM SANTA CATARINA: 1830- 1959**

**LEONETE LUZIA SCHMIDT**

**FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 1996**

LEONETE LUZIA SCHMIDT

A CONSTITUIÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO  
ELEMENTAR EM SANTA CATARINA: 1830- 1959

*Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre, Linha de  
Pesquisa Teoria e Prática Pedagógica.*



0.263.259-7



UFSC-BU

Florianópolis, agosto de 1996



3/5/97  
Joa

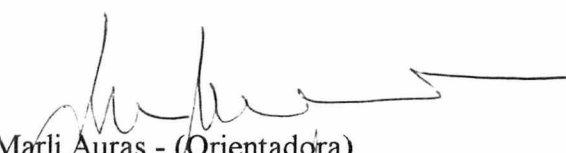


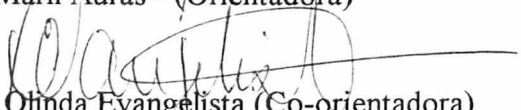
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

*"A CONSTITUIÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA 1830-1859".*

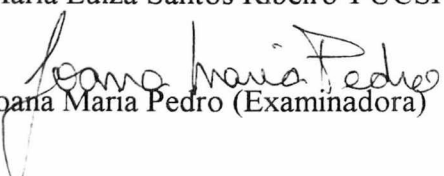
Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 09/08/96**

  
Profª. Dra. Marli Auras - (Orientadora)

  
Profª. M.Sc. Olinda Evangelista (Co-orientadora)

  
Profª. Dra. Maria Luiza Santos Ribeiro-PUCSP (Examinadora)

  
Profª. Dra. Joana Maria Pedro (Examinadora)

Profª. Dra. Maria Célia Marcondes de Moraes (Suplente)

**LEONETE LUZIA SCHMIDT**

*Florianópolis, Santa Catarina, agosto de 1996.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, ao CNPq e à Secretaria Estadual de Educação e Desportos, que tornaram viáveis as condições para a realização de todo o processo de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Pública do Estado e da Biblioteca Central da UFSC - Setor de Santa Catarina, pela dedicação e empenho que dispensaram durante o período da pesquisa.

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio constante, indispensável à concretização deste trabalho.

À Armi e Jarbas, pela dedicada revisão da bibliografia, tabelas, quadros e gráficos.

De modo especial:

À Rosmeri e Rosicler, amigas que estiveram presentes durante o desenrolar da pesquisa.

Às Professoras Marli e Olinda, orientadoras, a quem devo a sugestão para pesquisar sobre a história da educação catarinense; além disso, o estímulo, orientação, rigor intelectual e disponibilidade para a crítica dos escritos.

*E ao Handerson, meu filho, a quem dedico este trabalho.*

*A necessidade de ilustrar o povo é um axioma. Em todos os países civilizados a instrução do povo é um dos primeiros ramos da administração pública que mais zelo e solícitude merecem daqueles que dirigem os negócios do Estado.*

Jornal O CONSERVADOR, 5-10-1855, n.361

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
1.1	Percurso metodológico	05
1.1.1	As origens do tema	05
1.1.2	A periodização	06
1.1.3	Os procedimentos	07
1.1.4	Locais da pesquisa	10
<b>2</b>	<b>CRIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA</b>	
2.1	Elementos contextuais	12
2.2	A criação da rede	28
2.3	A expansão da rede	32
2.4	A distribuição das escolas na Província	38
2.5	A frequência às escolas	45
2.6	O financiamento da instrução	52
<b>3</b>	<b>CONSTITUIÇÃO FÍSICA, PEDAGÓGICA E LEGAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA</b>	
3.1	As instalações das unidades escolares	61
3.1.1	Os prédios	61
3.1.2	A mobília	63
3.2	O processo pedagógico	64
3.2.1	O currículo	64
3.2.2	O calendário escolar	68
3.2.3	O material didático-pedagógico	70
3.2.4	A metodologia	72
3.3	A regulamentação do ensino	74

<b>4</b>	<b>DOCÊNCIA E INSPEÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA</b>	
4.1	Os professores	82
4.1.1	O ingresso do professor na rede	83
4.1.2	A formação do professor	86
4.1.3	O salário	89
4.1.4	A jubilação	91
4.2	A inspeção escolar	92
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	103
<b>6</b>	<b>FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS</b>	
6.1	Fontes primárias	
6.1.1	Obras	107
6.1.2	Legislação	108
6.1.2.1	Leis e decretos imperiais	108
6.1.2.2	Leis provinciais referentes à instrução pública elementar	108
6.1.2.3	Leis provinciais referentes ao orçamento das despesas anuais da Província da Santa Catarina	110
6.1.2.4	Leis sobre assuntos diversos	111
6.1.3	Documentos diversos	113
6.1.4	Relatórios	115
6.1.5	Jornais	116
6.2	Fontes secundárias	
6.2.1	Obras	116
6.2.2	Revistas	118
6.3	Bibliografia de apoio	119
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b>	124

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Acervo da Biblioteca Pública na Província de Santa Catarina 1855/1860	26
<b>Tabela 2</b>	Escolas públicas de Instrução Elementar por dependência administrativa na Província de Santa Catarina - 1830/1860	33
<b>Tabela 3</b>	População na Província de Santa Catarina - 1831/1860	35
<b>Tabela 4</b>	Matrículas de Instrução Elementar por dependência administrativa na Província de Santa Catarina - 1835/1860	36
<b>Tabela 5</b>	Relação entre matrículas e população - 1830/1860.	37
<b>Tabela 6</b>	Habitantes por Município na Província de Santa Catarina - 1840/1860	40
<b>Tabela 7</b>	Escolas públicas de Instrução Elementar por Município - 1838/1860	41
<b>Tabela 8</b>	Escolas públicas de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina distribuídas por gênero - 1830/1860	44
<b>Tabela 9</b>	Matrículas e frequência regular em escolas públicas de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina - 1859	46
<b>Tabela 10</b>	Escolas pública de Instrução Elementar providas e vagas na Província de Santa Catarina 1844/1860	48

<b>Tabela 11</b>	Receita total e despesa com a instrução, culto e segurança pública na Província de Santa Catarina 1835/1860	54
------------------	---	----

<b>Tabela 12</b>	Ordenado dos professores da rede pública de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina - 1835/1860	90
------------------	--	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa parcial da Capitania de Santa Catarina 1816	13
<b>Figura 2</b>	Habitantes por Município na Província de Santa Catarina - 1840/1860	40
<b>Figura 3</b>	Escolas públicas de Instrução Elementar distribuídas por Município - 1838/1860	41
<b>Figura 4</b>	Escolas públicas de Instrução Elementar providas e vagas na Província de Santa Catarina - 1844/1860	49



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Localização das escolas de meninas na Província de Santa Catarina	43
<b>Quadro 2</b>	Currículo das escolas de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina - 1835/1854	65
<b>Quadro 3</b>	Currículo das escolas masculinas de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina - 1859	67
<b>Quadro 4</b>	Material didático e pedagógico fornecido às escolas públicas	71
<b>Quadro 5</b>	Horário das disciplinas de 1º ao 4º ano e decúria dos alunos de 3º e 4º ano de Instrução Elementar	74
<b>Quadro 6</b>	Principais Leis de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina - 1835/1860	81

## LISTA DE ANEXOS

<b>Quadro 1</b>	Divisão administrativa na Província de Santa Catarina 1838	125
<b>Quadro 2</b>	Presidentes na Província de Santa Catarina - 1825/1860	126

## SIGLAS

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

BPESC - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

BCUFSC-SSC - Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina - Setor de Santa Catarina.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre a educação pública catarinense entre os anos de 1830 e 1859. Para tanto, busquei, a partir de dados coligidos em documentos oficiais do período, reconstruir a história da rede pública de ensino elementar de Santa Catarina desde que foi oficializada a criação das primeiras escolas pelo Imperador D. Pedro I, em 1830, até a criação do primeiro regulamento da instrução primária, em 1859.

Para cumprir este objetivo foi necessário verificar as relações que se estabeleceram ao constituir-se essa rede, o que me remeteu a um estudo dos elementos econômico, político e cultural da sociedade catarinense no período de abrangência da pesquisa; compreender a relação entre o crescimento da população e a expansão da rede e discutir a organização do ensino elementar a partir da análise de seus aspectos físicos, pedagógicos e administrativos.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre a educação pública catarinense entre os anos de 1830 e 1859. Para tanto, tomei como ponto de partida a idéia de que para realizar o intento proposto seria necessário reconstituir historicamente a trajetória da educação, buscando captá-la em seus elementos determinantes. Desse modo busquei compreendê-los como resultantes das relações que os homens mantêm entre si e com a natureza ao longo da história, produzindo-a e produzindo-se.

Tal procedimento fundamenta-se na leitura de **Gramsci**, em especial na seguinte passagem:

*Não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo passado<sup>1</sup>.*

Seguindo a compreensão gramsciana pretendi uma reconstrução histórica que partisse da realização de um "inventário" que expressasse - quanto possível - as relações existentes no período. Segundo Gramsci, o inventário constitui-se no primeiro passo para termos consciência do que somos.

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p.40.

*O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário<sup>2</sup>.*

Considerarei, então, relevante para a investigação da instituição escolar em Santa Catarina remontar às suas origens para reconstituir sua gênese e captar as múltiplas facetas presentes em seu processo de formação<sup>3</sup>.

Retroceder ao início do século XIX não significa, no entanto, buscar no passado as explicações para os problemas da educação atual ou usar o passado para justificar o presente, pois isto seria desconsiderar a história tal como se realiza em cada época. Através da prática do inventário busquei compreender as relações e determinações sociais que se estabeleceram para a definição das propostas e medidas educacionais de um determinado período histórico, entendendo que, quanto maior for a compreensão desse período, mais nítida será a compreensão do presente, porque maior será a compreensão do homem e das relações sociais que produziu e pelas quais foi produzido.

Tais reflexões estão presentes no modo como, na presente pesquisa, busquei reconstruir a história da rede pública de ensino elementar de Santa Catarina nas décadas de 30, 40 e 50 do século XIX, desde que foi oficializada a criação das primeiras escolas pelo

---

<sup>2</sup> Ibidem, p.12.

<sup>3</sup> Acredito que o "movimento de formação" de um processo social não corresponde linearmente à idéia de "começo". Há um processo histórico no qual a organização da Rede Pública de Ensino ocorreu. O que me interessou, contudo, foi sua gênese entendida como o momento de sua institucionalização formal, contínua e sob responsabilidade estatal.

Imperador D. Pedro I, em 1830, até a criação do primeiro regulamento da instrução primária, em 1859.

Para cumprir este objetivo foi necessário:

- verificar as relações que se estabeleceram ao constituir-se a rede pública de ensino elementar, o que me remeteu a um estudo dos elementos econômico, político e cultural da sociedade catarinense no período de abrangência da pesquisa. O entendimento das diferentes dimensões foi necessário porque a educação não se justifica por si mesma, mas por sua inserção na totalidade social. O que a sociedade desejava ou não em termos de educação articulava-se ao modo como os indivíduos pensavam e viviam a realidade e com que forças econômicas, políticas e culturais estavam envolvidos;

- compreender a relação entre o crescimento da população e a expansão da rede e

- discutir a organização do ensino elementar a partir da análise de seus aspectos físicos, pedagógicos e administrativos.

O interesse em pesquisar a história da constituição da rede pública de ensino foi reforçado pela constatação, a partir do levantamento da produção sobre o tema, da existência de poucos estudos privilegiando o período e o problema aqui propostos para investigação.

Dentre os existentes destaca-se o de **Fiori**<sup>4</sup>, que trata da evolução do ensino em Santa Catarina, mas, dada a abrangência temporal de seu estudo (1822-1970), a autora abordou apenas alguns aspectos sobre o período de 1830 a 1860. Outro trabalho sobre esta temática é a dissertação de mestrado de **Goulart**<sup>5</sup>. A caracterização

---

<sup>4</sup> FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

<sup>5</sup> GOULART, Janete Jane. **A instrução pública elementar na Província de Santa Catarina - 1834-1889**. Dissertação (Mestrado em História) Florianópolis, UFSC, 1992.

geral feita pela autora sobre determinados aspectos do ensino elementar na Província contribuiu para a definição do espaço temporal da presente pesquisa, além de motivar um maior detalhamento dessas características, incluindo outros aspectos não observados por ela. Além disso, em sua dissertação a autora indicou fontes que foram fundamentais para o detalhamento deste trabalho.

Também as obras de **Cabral**<sup>6</sup> e de **Pedro**<sup>7</sup> foram amplamente consultadas e utilizadas, especialmente quando tratam das questões econômicas, políticas e culturais da Província no período.

Se a literatura acima referida foi fundamental para consecução desta pesquisa, o corpo da mesma foi estruturado a partir da análise das fontes documentais, constituída de documentos oficiais como cartas, ofícios, relatórios do Presidente da Província e do Diretor Geral da Instrução Pública, legislação e periódicos encontrados no Arquivo e na Biblioteca Pública do Estado. Estas fontes, como qualquer documento, embora ricas e abundantes, não expressam integralmente a realidade educacional da época. Por essa razão procurei fazer uma leitura não só do que elas revelavam mas, também, do que silenciavam, buscando captar as diversas vozes presentes naquele momento e que lhe deram vitalidade histórica.

Devo alertar o leitor para os percalços com que me defrontei no percurso da investigação, especialmente pelo fato de que lidei com registros oficiais. Entre os documentos a que tive acesso praticamente não encontrei registros que expressassem posições diferentes daquelas professadas pelo Estado. Conquanto tenha me esforçado para captar as várias posições presentes no processo de institucionalização da rede pública de ensino, o tipo de

---

<sup>6</sup> CABRAL, Osvaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis, 1968.

<sup>7</sup> PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

documentos coligidos gerou, sem dúvida, uma dada leitura desse processo. Considero este alerta metodológico, pois que inúmeras são as possibilidades, bem como as dificuldades, inscritas nos procedimentos que buscam o conhecimento histórico.

## **1.1 O percurso metodológico da pesquisa**

### **1.1.1 As origens do tema**

A idéia de trabalhar com a história da educação pública catarinense surgiu em 1993, quando tomei conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira", em andamento, coordenado nacionalmente pelo Professor Dermeval Saviani, que reunia pesquisadores dos diferentes Estados brasileiros em subprojetos.

O subprojeto de Santa Catarina, sob a coordenação da professora Marli Auras, encontrava-se em execução desde 1992, reunindo um grupo de professores da UFSC. O grupo, auxiliado por bolsistas de iniciação científica, já iniciara o levantamento e catalogação do material existente no Arquivo Público Estadual sobre a instrução pública. Faltavam, no entanto, pessoas interessadas em realizar, sobre a instrução pública catarinense, o que Saviani denominava de "Monografia de Base", ou seja, construir um trabalho preliminar de ordenação e análise dos dados coligidos. Em vista disto, as professoras Marli Auras e Olinda Evangelista estimulavam alunos do Mestrado a participarem de estudos nesta área, ampliando, desta forma, o grupo de pesquisadores.

A idéia era desafiadora mas, ao mesmo tempo, deixava-me insegura pelo fato de ser uma pedagoga com experiência profissional



em alfabetização e com pouco conhecimento na área de História da Educação. No momento em que aceitei o desafio de realizar a pesquisa numa perspectiva histórica, optei pela instrução pública elementar em virtude de meu interesse por este grau de ensino.

No mesmo período Rosicler Shafascheke e Rosmeri Schardong também se sentiram motivadas para estudar a história da educação catarinense no século XIX. A educação na imprensa desterrense na década de 1850 foi o recorte temático de Rosicler e a educação pública secundária em Desterro - o caso do Ateneu Provincial de Rosmeri, ambas encontram-se com o texto em fase final de elaboração.

A possibilidade de fazermos o levantamento inicial de dados conjuntamente, de realizarmos estudos e discussões em grupo e das sessões de orientação serem também coletivamente foi uma experiência extremamente enriquecedora.

### **1.2.2 A periodização**

A delimitação do período resultou de uma leitura preliminar do material pesquisado, cujos dados levaram a crer que a gênese da rede pública de instrução elementar catarinense datava desse período.

Esse contato com as fontes primárias demonstrou que as cinco primeiras escolas públicas de instrução elementar foram oficialmente criadas em 1830. A partir de então, ocorreu um crescimento gradativo do número de escolas para este grau de ensino. Em 1834, através de Ato Adicional à Constituição Imperial de 1824, o Império delegou às Províncias a responsabilidade pela instrução primária e secundária. Esse Ato teve suas repercussões em

nosso Estado, levando à elaboração de leis que regulamentassem o ensino. A primeira foi promulgada em 1835<sup>8</sup> e complementada pela nova lei do ano seguinte<sup>9</sup>. A estas seguiram-se outras, definindo e detalhando o regulamento da instrução. Em 1859 foi promulgado o primeiro regulamento da instrução primária que consolidou o ensino elementar em quatro séries. Esses elementos, número de escolas e uma legislação que regulamentava os múltiplos aspectos da vida escolar (disciplinas, calendário, horário, contratação e aposentadoria dos professores, a hierarquia administrativo-pedagógica da estrutura escolar) indicavam que o esboço da rede pública de ensino elementar datava desse período sendo, então, delimitado de 1830 a 1859 o espaço de tempo a ser pesquisado.

### **1.1.3 Os procedimentos**

Como ponto de partida desta pesquisa realizou-se um levantamento dos estudos históricos sobre a educação pública em Santa Catarina no período pesquisado e observou-se a existência de poucos trabalhos ligados ao tema.

As fontes documentais, encontradas em grande quantidade no Arquivo e na Biblioteca Pública de Santa Catarina, apontavam a possibilidade de reconstituir parte da história da educação do Estado. São documentos que o tempo tornou frágeis, alguns de difícil manuseio e, em certos casos, ilegíveis, porém com uma riqueza enorme de informações que podem ser transformadas em conhecimento da história. Isto porque as fontes não falam por si próprias, elas precisam ser analisadas, interpretadas e articuladas. Segundo Thompson,

---

<sup>8</sup> Lei nº. 09, de 15 de abril de 1835.

<sup>9</sup> Lei nº. 35, de 14 de maio de 1836.

*o objeto imediato do conhecimento histórico (isto é, o material a partir do qual esse conhecimento é aduzido) compreende 'fatos' ou evidências, certamente dotados de existência real, mas que só se tornam cognoscíveis segundo maneiras que são, e devem ser, a preocupação dos vigilantes métodos históricos, o que consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro*<sup>10</sup>.

As fontes que continham registros sobre o tema desta pesquisa encontravam-se diluídas no conjunto de documentos do período. Por isso, o primeiro passo consistiu em tomar conhecimento daquelas onde a instrução pública elementar era abordada, ou seja, daquelas que forneceriam a matéria-prima para análise. Assim, procedeu-se ao levantamento e classificação dos registros pertinentes, através das seguintes etapas:

- 1) identificação do tipo de material disponível sobre o assunto;
- 2) seleção do material ligado diretamente à instrução pública e
- 3) agrupamento dos materiais relativos ao item 2 segundo a sua origem e de acordo com a classificação que segue:
  - a) Documentos enviados pelo Presidente da Província:
    - relatórios à Assembléia Legislativa;
    - ofícios ao Diretor Geral da Instrução Pública;
    - cartas e

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou o planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

- documentos diversos.
- b) Documentos enviados ao Presidente da Província:
  - relatórios das Câmaras Municipais;
  - relatórios dos Diretores Municipais e do Diretor Geral da Instrução Pública;
  - cartas de pais de alunos e
  - cartas de professores.
- c) Legislação.
- d) Periódicos.

Uma vez agrupados, realizei uma leitura detalhada de cada documento e transcrição em fichas dos registros referentes ao tema abordado. Desse trabalho resultou um inventário de registros do período que, por sua vez, forneceu o material para reconstituir parte da história da educação pública elementar catarinense.

A leitura e fichamento da legislação vigente na Província entre 1830 e 1860 possibilitou-me a identificação das principais preocupações dos administradores nos diferentes setores da sociedade, particularmente em relação à instrução pública. Ou seja, as preocupações presentes nas leis expressam o conteúdo, em processo, do que viria a ser a nação, da necessidade de uma organização cultural, de “ilustrar o povo”.

A partir dessa leitura foi possível construir um primeiro esboço do trabalho. À medida que avancei no estudo dos relatórios e demais documentos, bem como nas leituras complementares, esse esboço foi-se afinando até que resultou num conjunto de temas mais precisos, componentes do processo de constituição da rede pública de ensino elementar na Província de Santa Catarina.

Os resultados deste trabalho estão apresentados da seguinte forma:

No primeiro capítulo tratei do processo de criação da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina; no segundo de sua constituição física, pedagógica e legal; no terceiro da gestão da rede abordando questões referentes à docência e inspeção escolar. Por último, teci as considerações finais, onde procurei apresentar as conclusões a que cheguei sobre o processo de constituição desta rede pública de ensino.

#### **1.1.4 Locais da pesquisa**

Os lugares escolhidos para realização da pesquisa foram: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, onde encontrei os relatórios dos presidentes da Província, dos diretores da instrução pública, atas das Câmaras de Vereadores, correspondências do presidente para os diretores e professores e destes para o presidente, cartas de pais e Decretos Imperiais. Esses registros, com exceção dos relatórios do presidente da Província dos anos de 1856, 1858 e 1859 e Decretos Imperiais, são manuscritos e parte deles encontra-se bastante danificada, dificultando e, por vezes, inviabilizando a leitura.

Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina localizei os dados referentes à legislação e aos periódicos, ambos em material impresso.

A Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina - Setor de Santa Catarina - foi também local de coleta de dados, onde encontrei a maioria das obras produzidas no período<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Além destes, há outros locais que provavelmente dispõem de material que contribuiriam na elucidação da temática enfocada, como o arquivo da Diocese de Florianópolis, do Conselho Estadual de Educação, da Assembléia Legislativa, do Hospital de Caridade, do Instituto Histórico e Geográfico, os quais não freqüentei.

## 2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA

### 2.1 Elementos contextuais

Em 1738<sup>12</sup> a Ilha de Santa Catarina e os Sertões de Terra Firme foram separados de São Paulo para formar uma Capitania com governo distinto comandado pelo Capitão General do Rio de Janeiro. A esta Capitania correspondia toda a faixa litorânea compreendida entre os rios Cubatão e Saí-Guaçu, ao norte, e rio Mambituba, ao sul, conforme mostra o mapa apresentado na **Figura 1**.

Em decorrência de sua posição geográfica, a Ilha de Santa Catarina servia como ponto de parada para o abastecimento dos navios que se dirigiam ao sul, seja em direção à Bacia do Prata ou às Índias Orientais através do Estreito de Magalhães, o que levou o governo português a transformá-la numa base militar.

A ocupação das terras catarinenses com colonos trazidos da Ilha dos Açores e da Madeira servia tanto para fornecer alimentos para as tropas como também para suprir a falta de soldados. Para isto, o governo português recrutava, principalmente, casais jovens, de preferência com filhos para mandar para esta região do Brasil. A primeira frota de navios com açorianos chegou à ilha de Santa Catarina em fevereiro de 1748 trazendo a bordo 461 pessoas, entre adultos e crianças. Até 1756, data da última embarcação, aportaram no litoral catarinense aproximadamente seis mil pessoas<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Alvará de 11 de agosto de 1738.

<sup>13</sup> CARUSO, Mariléia M. Leal, CARUSO, Raimundo C. **Mares, e longínquos povos dos Açores**. Florianópolis: Insular, 1996, p. 53.

Essa colonização diferenciada, objetivando a proteção do território, propiciou características peculiares à Província catarinense, diferenciando-a das áreas agroexportadoras e escravocratas das demais regiões brasileiras de colonização portuguesa.

A entrada de imigrantes portugueses contribuiu para a ascendência da população da Capitania que, segundo **Cabral**<sup>15</sup>, em 1821, às vésperas da Independência, correspondia a 35.223 habitantes, sendo que 21.811 residiam no Município de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, 7.773 em Laguna e 5.639 em São Francisco.

Em 28 de fevereiro de 1821 todas as Capitanias foram denominadas Províncias<sup>16</sup>, administradas inicialmente por uma Junta Provisória. Logo após a Independência do Brasil, em 1822, os presidentes passaram a ser nomeados pelo Imperador. Santa Catarina continuou com a sede administrativa na Vila de Nossa Senhora de Desterro, localizada na Ilha de Santa Catarina. Em 20 de março de 1823, esta Vila, por ser capital da Província, foi elevada à categoria de Cidade<sup>17</sup>.

Em relação à divisão política da Província, até 1830 Santa Catarina contava com quatro municípios: Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul, criado por Carta Régia em 1660; Santo Antônio dos Anjos da Laguna, criado por Ato em 1714; Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis) desmembrado de Laguna em 1726 e Lages, criado em 1770. Este último, até 9 de setembro de

---

<sup>15</sup> CABRAL, Osvaldo R. **História de Santa Catarina**, 1968.

<sup>11</sup> PIAZZA, W. F. **O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834 - 1984)** Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

<sup>17</sup> CARTA Imperial de 20 de março de 1823. In: **Coleção de Leis e Decretos do Império do Brasil**, 1823.



1820 fazia parte da jurisdição de São Paulo, sendo nessa data transferido para a de Santa Catarina.

A comunicação entre a Capital e os municípios e destes com as vilas e freguesias era precária. O problema estava na demora em função da distância e do acesso aos diferentes pontos da Província. Isso contribuiu para que em 1832 e 1833 fossem criados três novos municípios: Porto Belo, São José e São Miguel, todos desmembrados de N. S<sup>a</sup> do Desterro. Em 1859 mais dois municípios foram criados, Itajaí e Tijucas. Esta nova divisão política da Província fez desaparecer o Município de Porto Belo. Parte dele passou para o Termo do Município de Itajaí e outra parte para o de Tijucas, ambos recém-criados. Porto Belo voltou a ser município em 1925<sup>18</sup>.

Durante o período imperial, os municípios eram administrados por uma Câmara Municipal, eleita a cada dois anos. O vereador mais votado exercia a presidência. Nas Câmaras Municipais era freqüente a participação do padre local como vereador ou como convidado. Possivelmente o pároco, em alguns municípios, era um dos poucos alfabetizados, o que por um lado justificava sua presença, mas por outro essa participação estava diretamente vinculada ao fato de a Igreja Católica ser a religião oficial do Estado. A relação entre Igreja e Estado era regulada pelo regime do padroado, que submetia o poder eclesiástico ao controle político do Imperador. Os membros da Igreja recebiam ordenados do governo que os nomeava para os diversos cargos religiosos. Na Província muitas das funções dos párocos eram determinadas pelo governante local.

---

<sup>18</sup> As subdivisões em vilas, freguesias e curatos sofreram várias alterações no período de 1830 até 1860, porém optou-se por não apresentá-las, porque a relação destes fatos com o tema abordado nesta pesquisa não foi tematizada, embora seja relevante.

Em 1833 a Província foi desmembrada em duas Comarcas<sup>19</sup>: Norte e Sul. A do Norte compreendia os municípios de Lages, São Francisco, São Miguel (hoje Biguaçu) e Porto Belo. A do Sul os municípios de Nossa Senhora do Desterro (Capital), São José e Laguna. No **Quadro 1** (Anexos) apresenta-se a divisão administrativa da Província de Santa Catarina em 1838.

Da mesma forma como houve necessidade de criar novos municípios, houve também de novas comarcas. Algumas vilas ou municípios distanciavam-se muito da sede, resultando em demora na abertura e julgamento dos processos. O tempo e a dificuldade para levar a queixa até o juiz resultaram em constantes reclamações dos diferentes segmentos sociais. Tal fato contribuiu para que a divisão judiciária, em 1856, passasse a ser de quatro comarcas<sup>20</sup> e, em 1858, cinco. Neste último ano foi criada a Comarca de Lages e transferido o Município de São Miguel para a de São José. Além das comarcas, existiam ainda distritos, freguesias, vilas, paróquias e curatos<sup>21</sup>, o que dá uma dimensão do quão intrincadas eram as relações entre Igreja e Estado.

Além dos vereadores e dos párocos nos municípios e dos juízes de direito na sede das comarcas, havia ainda em cada freguesia e curato um juiz de paz e um suplente, eleitos na mesma ocasião que os vereadores. Estes tinham por obrigação manter a ordem e

---

<sup>19</sup> Comarcas eram as divisões judiciárias da Província. Na sede de cada uma havia um juiz de direito responsável pelo julgamento das infrações que ocorressem em sua jurisdição.

<sup>20</sup> **Comarca da Capital**, com jurisdição nos Municípios de Desterro e São Miguel; **Comarca de São José**, nos Municípios de São José e Lages; **Comarca de Santo Antônio dos Anjos**, no Município de Laguna e **Comarca Nossa Senhora da Graça**, nos Municípios de São Francisco e Porto Belo.

<sup>21</sup> Essas divisões podem ser reunidas em dois grupos: um ligado à divisão política, compreendendo os municípios, comarcas, distritos e vilas; outro ligado à divisão eclesiástica, compreendendo as paróquias, freguesias e curatos. Não é o caso, porém, neste estudo, de discutir a relação entre Igreja e Estado de modo aprofundado.

encaminhar para os juizes de direito na sede da comarca as infrações que não lhes competia resolver.

No período de 1830 a 1860, a estrutura física e de recursos humanos do aparelho governamental da Província de Santa Catarina encontrava-se em processo inicial de organização. Em 1836 existia o Palácio do Governo (atual Palácio Cruz e Sousa), construído no início do século XIX, uma repartição chamada Mesa das Diversas Rendas, a Administração do Correio e o cargo de Chefe da Polícia, criados em 1830. A Assembléia Legislativa foi fundada em 1834 e, em 1836, criou-se uma Coletoria para arrecadação das rendas públicas provinciais<sup>22</sup>, instalada no mesmo edifício da Mesa das Diversas Rendas. Nela passaram a trabalhar um coletor e um escrivão. No ano seguinte foi criada uma repartição da Fazenda denominada Provedoria da Província de Santa Catarina<sup>23</sup>. A Provedoria era destinada à administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as rendas públicas provinciais. Era composta pelo provedor, escrivão, escriturário, procurador fiscal, tesoureiro e pelo porteiro que servia também de contínuo. Com a instalação da Provedoria, a Coletoria passou a funcionar no mesmo edifício desta, ambos subordinados ao Presidente da Província.

Naquela época, geralmente era escolhido para presidir a Província um membro do grupo ou partido que dava sustentação ao Governo Imperial, garantindo assim a submissão das Províncias à Corte brasileira. **Piazza**<sup>24</sup>, num estudo biográfico sobre João José Coutinho - Presidente de Santa Catarina de 1850 a 1859 -, observou

---

<sup>22</sup> Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Lei nº 43, de 1º de junho de 1836.

<sup>23</sup> Idem. Lei nº 56, de 21 de março de 1837.

<sup>24</sup> PIAZZA, W. **O Presidente João José Coutinho**: estudo biográfico. Comissão Nacional de História de Santa Catarina, Publicação nº. 1, 1956.

*que durante o regime monárquico as Presidências das Províncias eram, para não generalizar, simples degraus na vida política dos afilhados dos ministros e dos outros trunfos da Corte.*

As pessoas nomeadas para governar Santa Catarina entre 1823 e 1860, salvo raras exceções, somente residiram aqui durante o período em que estavam no poder. O primeiro a ocupar o cargo foi Antônio Rodrigues de Carvalho, nomeado em 25 de novembro de 1823. Ele tomou posse em 16 de fevereiro do ano seguinte, substituindo a Junta Provisória do Governo. De 1823 a 1859 foram nomeados onze Presidentes, nove efetivos e dois interinos, sendo na sua maioria militares. A partir de 1835, a nomeação de militares para governar Santa Catarina deu-se, principalmente, para controlar os movimentos de revolta relacionados com a Revolução Farroupilha e República Juliana. Os dirigentes do país tinham como objetivos principais a preservação da unidade territorial da nação, a defesa da monarquia e do governo representativo, a manutenção da escravidão e a ordem social estabelecida. Estas questões exigiam que fossem colocados à frente da administração provincial indivíduos com capacidade de arquitetar estratégias para sufocar qualquer agitação que colocasse em risco tais objetivos.

O período de 1835 a 1845 foi marcado por grandes perdas materiais e humanas. O governo perseguia quem se manifestasse a favor da descentralização do poder ou da autonomia administrativa das Províncias. A partir do final da década de 1840, bacharéis em Direito formaram um novo quadro de políticos tanto na Corte como nas Províncias. Santa Catarina foi administrada, no período de 1849 a 1860, por dois bacharéis oriundos da Faculdade de Direito de São Paulo. No Quadro 1 (Anexos) apresenta-se a lista de presidentes nomeados no período, incluindo o período de governo e um currículo resumido de cada um.

Nesse período, a população catarinense encontrava-se distribuída em pequenas povoações, principalmente no litoral. Dedicava-se basicamente à pesca e à plantação de mandioca para a fabricação de farinha, principal produto de comercialização da Província durante as primeiras décadas do período imperial. Os demais produtos, como arroz, aguardente, café, alho, cebola, peixe seco e feijão, destinavam-se à subsistência. Havia famílias que trabalhavam na fabricação de cerâmica, de tecidos e outros artesanatos. Por estarem próximas do mar, as pessoas utilizavam a via marítima como meio de transporte. Esta, além de ser mais rápida, era mais segura porque as estradas que ligavam as freguesias se resumiam a picadas ou caminhos onde quem se aventurasse a viajar corria riscos de ser atacado pelos bugres ou por animais selvagens. Em Nossa Senhora do Desterro, Laguna e São Francisco havia portos, sendo que o de Desterro era o mais freqüentado por embarcações nacionais e estrangeiras.

O porto de Desterro, inicialmente utilizado como ponto de parada para abastecimento dos navios, tornou-se o principal da Província durante o século XIX, sendo considerado um dos principais fatores responsáveis pelo início do processo de urbanização da Capital ainda na primeira metade do referido século.

Na década de 1850, com a inclusão da economia catarinense no circuito do comércio agrário-exportador brasileiro, o porto de Desterro, de acordo com **Pedro**<sup>25</sup>, não só exportava os alimentos produzidos na ilha e imediações como também fazia a reexportação de produtos de várias regiões da Província e, ainda, a importação dos artigos necessários a seu abastecimento.

---

<sup>25</sup> PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994

**Pedro**<sup>26</sup> assinala que, naquela época, *a freqüência de navios de passageiros no porto promoveu também o aparecimento de hotéis, estalagens, pensões, restaurantes, bem como de um comércio ambulante de comidas que freqüentava os trapiches e as ruas centrais*. **Cabral**<sup>27</sup> destaca que, em 1856, Desterro contava com dois estabelecimentos hoteleiros, o Hotel do Café e o Hotel Brasil e, em 1857, com o Hotel do Vapor, além de algumas pensões.

A movimentação permanente do porto da Capital contribuiu para o surgimento de um setor de comerciantes, armadores e construtores de navios que foram, aos poucos, transformando-se na nova elite local, composta, anteriormente, por militares de alta patente e funcionários civis, vindos para assumir os cargos administrativos quando do estabelecimento da administração da Província. Segundo **Cabral**<sup>28</sup>, foram estes senhores da nova elite os primeiros a construir casas assobradadas nas ruas que saíam ou convergiam para a praça principal, que importaram as primeiras mobílias e pianos, que tinham as suas chácaras para veraneio em áreas na época afastadas, hoje parte do perímetro urbano da cidade de Florianópolis. Estes senhores *eram os importantes do lugar, tinham influência na câmara, irmãos graduados das confrarias religiosas, ocupantes de cargos honoríficos e detentores de grande consideração*.

A população catarinense, até o início do século XIX, era composta basicamente por portugueses ou seus descendentes, pelos escravos e pela população indígena distribuída por todas as regiões da Província. Em 1829 chegou a primeira leva de imigrantes alemães que formou a colônia de São Pedro de Alcântara no Município de

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>27</sup> CABRAL, Osvaldo R. *História de Santa Catarina*, 1968, p. 100.

<sup>28</sup> Ibidem.

São José. Depois disso, a corrente imigratória foi freqüente e algumas colônias instaladas alcançaram sucesso, entre elas Blumenau e Joinville, colonizadas em 1850 e 1851 respectivamente. A partir desses dois núcleos populacionais, os imigrantes foram aos poucos abrindo novas colônias, culminando com a ocupação de todo o Vale do Itajaí e com a dizimação da população indígena.

Poucos registros encontrei sobre a população escrava. O negro praticamente não é mencionado, assim com os índios, na documentação. Sua presença, contudo, foi percebida em alguns momentos, como no caso da iluminação pública feita com óleo de baleia, o qual era extraído pelos negros; em anúncios no jornal colocando à venda “ama de leite” ou procurando escravo que havia fugido. Eles também estavam presentes em determinados serviços, tais como torneador, sapateiro, padeiro, carpinteiro.

Um outro registro, bastante interessante, demonstra o lugar que cabia aos negros no cemitério. No mapa encontrado, os quatro primeiros lugares são destinados aos homens, mulheres, meninos e meninas brancos e católicos, respectivamente; e os quatro seguintes aos negros, na mesma ordem, demonstrando um critério de distribuição baseado na cor, na idade e no sexo.

As mudanças estruturais da sociedade catarinense, o processo de urbanização, o incremento econômico e a organização política favoreceram a emergência de uma ordem cultural, em sentido estrito, a partir da década de 30 do século XIX.

Em 1831 apareceu a imprensa jornalística, sendo **O Catharinense**, de propriedade de Jerônimo Coelho, o primeiro jornal impresso na Província. O lançamento deste primeiro periódico, *impresso em modesto e primitivo prelo (...) foi festejado com ruidosa alegria principalmente pela mocidade amante das letras,*

*que nele iria ruidosa encontrar a suspirada arena para os seus torneios literários e políticos*<sup>29</sup>.

Na mesma tipografia surgiram vários outros periódicos, como o **Expositor**, o **Benfazejo**, além de uma série de folhetos e panfletos literários, religiosos e políticos, que concorriam para a difusão das novas idéias. Porém, pouco duraram estas publicações e, ao que tudo indica, somente em 1845 surgiu, com o **Relator Catharinense**, novo órgão da imprensa, seguido, no ano de 1849, do **Conciliador**, editado por Emílio Grain, defensor do Partido Judeu, de tendência liberal.

Entre 1850 e 1860<sup>30</sup> apareceram as seguintes publicações : em 1850, o **Novo Íris**, que em 1852 passou a chamar-se **O Conservador**; em 1852, o **Correio Catharinense**, de tendência liberal; em 1855, também liberal, **O Mensageiro**, permanecendo até 1857; no ano seguinte, 1856, surgia **O Argos**, dirigido por J.J.Lopes, que teve vida longa. Órgão conservador, em 1861 passou a ser editado diariamente de modo pioneiro. Em 1858, surgem o **Cruzeiro de Sul**, o **Botafogo** e o **Santelmo**, todos de tendência liberal.

Além da imprensa, outro fato importante relacionado à organização cultural catarinense foi a instalação, em 1832, de um Gabinete de Leitura ligado às atividades da Sociedade Patriótica Catarinense, criada por Jerônimo Francisco Coelho em 1831. Segundo Boiteux<sup>31</sup>, a Sociedade tinha como objetivo a defesa da liberdade e da Independência Nacional. Para isto eram admitidos como sócios somente brasileiros natos e “adotivos”, desde que estes últimos tivessem um período mínimo de 25 anos no Brasil. Além

---

<sup>29</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. **A instrução pública em Santa Catarina na Colônia e no Império**. Texto mimeo.

<sup>30</sup> CABRAL, O. R., op. cit. p. 175.

<sup>31</sup> BOITEUX, L. A., op. cit.



disso, era indispensável e essencial que fossem probos, de moral elevada e amantes da liberdade do país.

O Gabinete de Leitura, criado com fundos da Sociedade Patriótica, foi aberto ao público em dezembro de 1832. No ano seguinte foi organizada uma comissão para angariar volumes destinados à biblioteca, composta pelos srs. Duarte da Silva, Thomas Silveira de Souza, José da Silva Mafra, Henrique Marques Lisboa e Feliciano Nunes Pires, pessoas de renome da política local. Diogo Duarte da Silva, ao partir para a Corte a fim de representar a Província nos trabalhos legislativos, entregou à Sociedade sua biblioteca particular, composta de 800 volumes, sendo 100 por doação e 700 por empréstimo<sup>32</sup>.

Além dos associados de Santa Catarina, a Sociedade Patriótica elegia também sócios correspondentes em outras Províncias. Desta forma mantinha interlocução com outras instituições do gênero e com o governo da Corte. Um desses sócios foi o político e jornalista Evaristo da Veiga que, ao ser informado de sua escolha, enviou 140 volumes para o Gabinete de Leitura, sendo 100 de sua biblioteca particular.

Os criadores desse Gabinete de Leitura tinham interesse na criação de Assembléias Legislativas Provinciais para substituírem os Conselhos Gerais<sup>33</sup>. Para isto buscavam apoio da sociedade. Deixavam claro que o poder, até aquele período acessível somente a

---

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> A Constituição Brasileira outorgada em 25 de março de 1824 estabeleceu no Título IV, Capítulo V, art. 72, que em cada Província devia haver um Conselho Geral. No artigo 73 determinava que nas Províncias mais populosas este seria constituído de 21 membros e, nas demais, de 13, e nestas se inseria Santa Catarina. O Conselho reunia-se em sessão ordinária durante dois meses a cada ano, podendo, se necessário, prorrogá-las por mais um mês (art.77). Tinha por atribuição propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias, formulando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências (art.81). Estes projetos dependeriam da decisão do Imperador para serem implantados (art.86).

pessoas de posse, poderia ser exercido por qualquer pessoa "ilustrada", o que lhe daria possibilidade de ocupar lugar de destaque na sociedade.

Thomas Silveira de Souza, presidente da Sociedade Patriótica, no seu discurso de inauguração do Gabinete de Leitura, que coincidia com o aniversário do juramento da Constituição do Império, relatou que

*...não reconhecendo naquela Lei das Leis outra distinção mais entre Brasileiros do que a dos talentos e virtudes a abertura de um Gabinete Literário destinado a dilatar a esfera de uns e a fazer preservar nas outras, ou adquiri-las, devia ser-lhe consagrado. (...) neles acham os estudiosos com que deleitar o espírito, e estímulo para a desenvolvimento de seus talentos: (...) adquirindo-se, além do saber, aquela urbanidade, comedimento e decência de comportamento que sempre assinalam boa morigeração e distinguem os povos polidos<sup>34</sup>.*

Em fins de 1834 foram eleitos os primeiros representantes da Assembléia Legislativa provincial e, dos vinte deputados, onze eram sócios da Sociedade Patriótica.

Com as reformas na Constituição pela Câmara do Império, em 1834, muitos dos objetivos da Sociedade foram garantidos pelas leis. Além disto, divergências ideológicas entre os liberais da Corte começavam a acontecer também entre os da Província<sup>35</sup>. Em

---

<sup>34</sup> BOITEUX, L. A., op. cit.

<sup>35</sup> Os grupos políticos existentes em Santa Catarina, como no resto do país, eram os restauradores, os republicanos e os liberais. Os primeiros, alcunhados de *caramurus*, lutavam pela volta do Imperador; os seguintes pela abolição total da monarquia, e os liberais, divididos em exaltados e moderados, a continuação da monarquia brasileira, a consolidação da Regência provisória e

consequência, a 26 de fevereiro de 1835 a Sociedade realizou sua última reunião, decidindo extinguir o Gabinete de Leitura. Todo o acervo foi devolvido a cada um dos seus doadores.

Mesmo com poucos anos de existência o Gabinete é um marco notável na cultura catarinense. Por ocasião da sua criação, ficou evidente que novos valores culturais começavam a emergir e a instrução estava entre eles. O conhecimento *distinguia os indivíduos e levava-os a elevar-se sobre os demais*, independente da origem.

Duas décadas mais tarde, em janeiro de 1855, foi criada uma biblioteca pública, localizada em Desterro e inicialmente instalada no edifício da Assembléia Legislativa. Dois anos depois, em agosto de 1857, foi transferida para uma das salas do Liceu Provincial<sup>36</sup>. Os primeiros 474 volumes foram doados, 207 por Joaquim Antônio de Azevedo, 222 por Francisco de Paulicéia Marques de Carvalho (escriturário da Administração da Fazenda), 38 por Pe. Joaquim G. O. e Paiva, 55 por Antônio Justino Esteves e dois por Manoel José de Oliveira. Em 1856, já com 1.099 volumes, o Presidente da Província, João José Coutinho, no relatório à Assembléia Legislativa diz que *poucas são as obras de maior mérito*; segundo ele, a maior parte dos volumes eram novelas, poesias, relatórios, balanços e legislação brasileira, geral e provincial. No decurso de 1858, a biblioteca adquiriu 104 volumes, *sendo comprados das melhores obras, em grande parte de ciências naturais*<sup>37</sup>. Nos cinco primeiros anos de sua

---

as necessárias reformas na Constituição de 1824 (In: BOITEUX, José Arthur. **Partidos políticos de Santa Catarina**, RJ, Imprensa Nacional, 1915, p.15). A Sociedade Patriótica Catarinense, ao que tudo indica, era composta basicamente por membros destes dois últimos grupos.

<sup>36</sup> O Liceu era um colégio de instrução secundária existente em Desterro de 1857 a 1864.

<sup>37</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa, em março de 1859.

criação o acervo da Biblioteca Pública foi progressivamente ampliado, conforme mostra a **Tabela 1**.

Nos demais municípios da Província, de acordo com as informações contidas no material pesquisado, não foram criadas bibliotecas públicas até 1860.

**TABELA 1**

**Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina -1855/1860**

Ano	Volumes
1855	474
1856	1.099
1857	1.299
1858	1.403
1859	1.769

**Fonte:** Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa, 1855-1859.

O teatro foi outra atividade que também se fez presente nas principais cidades da Província na primeira metade do século XIX. Em Desterro, houve numerosas sociedades teatrais, das quais a que teve vida mais longa foi a Sociedade Dramática São Pedro de Alcântara, localizada na esquina da Rua da Paz com a do Governador, atuais Jerônimo Coelho com Tenente Silveira, existente desde 1845. As representações de artistas locais, assim como dos músicos que por aqui passavam, eram realizadas, na maioria das vezes, em barracões alugados. Os espectadores que preferiam assistir aos espetáculos sentados levavam de suas casas as cadeiras que ocupavam<sup>38</sup>.

Muitos grupos teatrais de outras Províncias viajavam pelas cidades brasileiras apresentando suas peças. Em 1854, João Caetano

<sup>38</sup> CABRAL, O. R., op. cit. p. 170.

esteve em Desterro e representou "A Gargalhada" com um grupo de artistas amadores locais. A presença deste artista na cidade foi muito prestigiada. A banda de música da Guarda Nacional acompanhou-o do Hotel do Vapor, onde se hospedara, até o teatro no dia da apresentação da peça.

Segundo Collaço<sup>39</sup>, a intensa atividade teatral ocorrida no São Pedro de Alcântara, nos anos de 1850 a 1854, influenciou o gosto pelas casas de espetáculos na Província de Santa Catarina. Em São José o teatro foi inaugurado em 1856. Em 1857 foi lançada a pedra fundamental do Teatro Santa Isabel, atual Álvaro de Carvalho, em Desterro, cuja obra só veio a ser concluída em setembro de 1875. No Município de Laguna havia o Teatro Sete de Setembro, construído em 1855, e em São Francisco foi construído um em 1856. Dois desses teatros ainda hoje estão em funcionamento: o Adolfo Melo, em São José, e o Álvaro de Carvalho, em Florianópolis.

As festas cívicas em geral eram duas: a de 7 de setembro, data da Independência, e a de 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II. Nesses dias havia solenidades, os soldados formavam e o povo saía às ruas. A principal cerimônia consistia no cortejo à imagem de Sua Majestade. À noite as casas da praça e as ruas principais eram iluminadas.

Em meio a esse processo social, que foi adensando e complexificando a estrutura do Estado e as relações sociais, a rede pública de ensino elementar foi organizada em Santa Catarina.

---

<sup>39</sup> COLLAÇO, Vera Regina Martins. Um painel do teatro catarinense - séc. XIX - com enfoque em N.ª do Desterro. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1984.

## 2.2 A criação da rede

A criação oficial, pelo Imperador D. Pedro I, das primeiras escolas públicas de ensino elementar em Santa Catarina ocorreu, de acordo com os dados a que tive acesso, em 1830. No entanto, no final do período Colonial e primeira década do Império, houve iniciativas esporádicas relacionadas à implantação do ensino público. Pelos indícios encontrados nas fontes pesquisadas, a primeira ocorreu com a criação, na Capitania, do subsídio literário<sup>40</sup>. Este tributo rendeu, no triênio de 1794 a 1796, a quantia de 2.073\$020 réis<sup>41</sup>. Porém, parece que não contribuiu para que fossem abertas novas escolas, porque em 1816 o oficial d'Armada Paulo José Miguel de Brito<sup>42</sup>, ao referir-se à instrução pública da Capitania, diz que:

*É sobremaneira apoucada a educação pública nessa Capitania; nela não há sociedade alguma literária, não há colégios, nem seminários, apenas um Professor régio de Gramática Latina na Capital, e algumas escolas de primeiras letras são os únicos meios de instrução que couberam em partilha a esses desgraçados povos, que pela maior parte fora das vilas não sabem ler, nem escrever. Contudo há na Capital pessoas que têm instrução (que elas não adquiriram no País), sendo certo que os homens que*

---

<sup>40</sup> O subsídio literário foi instituído pelo governo português em 1772. O item II da lei de novembro diz textualmente: "mando que para útil aplicação do mesmo ensino público, em lugar das sobreditas coletas até agora lançadas a cargo dos povos; se estabeleçam, como estabeleço o único imposto: a saber: nestes reinos e ilhas Madeira, Açores de um real em cada canastra de vinho; e de quatro réis em cada canada de aguardente; de 160 réis por cada popa de vinagre; na América e na África: de um real de cada arretel de carne da que se cortar nos açougues; e nelas, e na Ásia, de dez réis em cada canada de aguardente das que se fazem nas terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê ou venha dar" (MOACYR, Primitivo. A instrução no Império, 1º volume, p.27).

<sup>41</sup> BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política de Santa Catarina*. Lisboa, 1829, p. 72.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.72-73.

*têm instrução os mandam para esta corte; (...) Qual será a aplicação que se terá feito do tributo que pagam estes povos há tantos anos, denominado Subsídio Literário?*

A indagação de Brito em relação à aplicação do subsídio literário faz sentido porque, no ano de 1813, a arrecadação havia rendido 751\$000 réis, e no ano de 1816 o rendimento, segundo ele, era maior<sup>43</sup>, enquanto a instrução pública praticamente nada havia modificado.

A constatação de Brito de que havia na Província pessoas com instrução evidenciou que, em Santa Catarina, existia preocupação com a formação intelectual. Contudo, era uma educação elitista, possível somente àqueles com condições de mandar os filhos para estudar na Corte ou em outros países.

Com a Independência política do Brasil, em 1822, a administração da Província sofreu transformações. Durante o período colonial os governadores locais representavam os interesses da Coroa Portuguesa. A partir dessa data as Capitânicas, recém-elevadas à condição de Província, passaram a defender os interesses do Estado recém-criado, sendo seus governos vinculados diretamente ao Imperador D. Pedro I. Este tinha plenos poderes tanto para nomear como para demitir os presidentes das Províncias.

Foi a partir da independência política do país que se tornou obrigação do Estado oferecer escola elementar para a população tendo em vista a necessidade de criar uma opinião homogênea em prol dos interesses do Estado. As idéias propagadas na época eram que da instrução dependiam os progressos civilizadores, materiais e políticos de uma nação.

---

<sup>43</sup> Ibidem.

Em artigo de jornal **Boiteux**<sup>44</sup> divulgou que o Ministro da Guerra, pela portaria de 30 de setembro de 1825, determinara que das duas escolas de ensino elementar existentes em Desterro uma fosse paga pela Fazenda Pública. A mesma Portaria determinava que materiais como papel, tinta, penas e demais utensílios utilizados na aula pelos alunos fossem fornecidos gratuitamente somente aos pobres<sup>45</sup>.

Em 1826 havia uma escola de primeiras letras situada na Rua dos Quartéis-Velhos, depois Artigos-Bélicos, hoje Vitor Meireles, esquina da atual Praça XV de Novembro, em uma casa térrea<sup>46</sup>. Nesse mesmo ano, o Governo Geral resolveu que em cada convento de frades funcionasse uma escola para meninos e nos de freiras uma escola para meninas. Como Santa Catarina não possuía casas religiosas, não gozou do resultado dessa medida<sup>47</sup>.

Nesse mesmo período, o Conselho Geral da Província, *ciente do deplorável estado da instrução em que se achava a mocidade da Província*, resolveu, por unanimidade, criar na capital duas escolas públicas de primeiras letras, uma para meninos e outra para meninas, e também uma escola do sexo masculino em Laguna, uma em Lages e outra em São Francisco. O salário era diferenciado. O professor recebia 360\$000 réis anuais e a professora 260\$000<sup>48</sup>.

Em 26 de abril de 1829, a Câmara de Vereadores de Desterro afixou editais pondo a concurso, de conformidade com a

---

<sup>44</sup> Lucas Alexandre Boiteux foi Capitão-de-Mar-e-Guerra e, em 1944 e 1945, escreveu no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro alguns artigos sobre "A Instrução Pública em Santa Catarina na Colônia e no Império" aos quais tivemos acesso através de textos mimeografados. Tomamos alguns dados que apresentamos neste trabalho referentes ao período anterior a 1830.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> BOITEUX, L. A., op. cit.



Lei Geral de 15 de outubro de 1827, as Cadeiras de Primeiras Letras dos municípios mencionados<sup>49</sup>.

A criação oficial dessas primeiras escolas públicas de ensino elementar em Santa Catarina ocorreu em 1830, através do Decreto Imperial de 10 de setembro, em que o Imperador relatava:

*Hei por bem sancionar, e mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléia Geral Legislativa. Art. 1º. Fica aprovada a criação de duas Cadeiras de Primeiras Letras, na Cidade do Desterro, (...) uma para o ensino de meninos (...) e outra para o ensino de meninas (...). Art. 2º. Fica também aprovada a criação de Cadeiras de Primeiras Letras, para o ensino de meninos, nas vilas seguintes: uma na vila da Laguna, outra na de Lages e outra na de São Francisco*<sup>50</sup>.

Em 1831, mais oito escolas públicas de primeiras letras foram criadas na Província de Santa Catarina. Uma em Porto Belo, duas em São José (uma na Vila e outra na Freguesia Enseada do Brito), uma em São Miguel, uma em Laguna (na Freguesia de Santa Ana) e três em N. S<sup>a</sup> do Desterro (uma no Ribeirão da Ilha, uma na Lagoa e outra em Santo Antônio)<sup>51</sup>, somando um total de 13 escolas públicas (12 masculinas e uma feminina).

Em 1833, nas escolas masculinas havia 384 crianças matriculadas e na feminina 35<sup>52</sup>. A população nessa época foi

<sup>49</sup> Durante o período imperial, os municípios eram administrados por uma Câmara Municipal, eleita a cada dois anos. Entre suas atividades estava a divulgação e participação nos concursos dos professores e, de 1828 até 1848, a inspeção das escolas.

<sup>50</sup> Decretos Imperiais 1827/1831. vol. 15, p. 135.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Relatório do Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, apresentado à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 1º de março de 1833.

estimada em torno de 53.000 habitantes sendo 41.000 livres e 12.000 escravos. Com relação à população indígena, não foi possível precisar os números porque os índios, na época, eram considerados "incivilizáveis". Considerando que o escravo não tinha direito algum, teve acesso à escola pública de primeiras letras, em 1833, apenas 1% da população livre.

Pelos dados citados foi possível perceber que o número de escolas era pequeno em relação à população existente. No entanto, tratava-se da gênese da escola pública cuja organização estava embutida no processo de constituição do próprio Estado. Tanto os aspectos econômicos, políticos e culturais como a estrutura administrativa estavam sendo geridos, criados, tomando corpo naquele momento.

### **2.3 A expansão da rede**

A rede oficial de instrução elementar, até 1835, contava com 15 escolas públicas, freqüentadas por 472 alunos, e 37 particulares, com 620 alunos. Em 1836 passou para 18 escolas públicas, com 533 alunos, havendo mais 448 alunos em escolas particulares.

A partir daquele ano, conforme dados da **Tabela 2**, até 1860 ocorreu, com algumas exceções, um aumento progressivo do número de escolas públicas, simultaneamente ao decréscimo do número de escolas particulares. Nesta inversão do atendimento muitos professores que haviam iniciado seu trabalho em escolas particulares foram admitidos na rede pública. Entre eles estavam a

primeira professora da escola pública feminina de São José, D. Eufrásia Xavier Caldeira, e o professor público de Canasvieiras João Henrique Cunha.

TABELA 2

**Escolas de Instrução Elementar por dependência administrativa na  
Província de Santa Catarina - 1831/1860**

Ano	População Total	Escolas Públicas	Escolas Particulares	Total
1831	51.450	5	45	50
1833	...	13	...	...
1835	...	15	37	52
1838	63.624	22	13	35
1839	65.638	22	15	37
1840	67.218	24	10	34
1844	80.113	24	26	50
1850	90.000	38	22	60
1851	87.937	38	27	65
1854	101.559	42	...	...
1855	101.569	49	20	69
1856	105.104	48	23	71
1857	111.109	47	11	58
1858	122.833	57	11	68
1859	127.794	56	12	68
1860	114.897	55	19	74

**Fontes:** Relatórios dos Presidentes da Província. Coleção de  
Leis Provinciais de Santa Catarina, 1834 -1860.

Percebe-se a partir destes dados que um avanço no processo de publicização do ensino elementar no Província catarinense. De cinco escolas públicas em 1831 passou para 55 em

1860 enquanto que as particulares decresceram de 45 em 1831 para 19 em 1860 (ver também as tabelas 3 e 4).

Analisando esta questão pelo percentual de população atendida temos que em 1838, aproximadamente 1,5% da população total livre foi matriculada no ensino elementar sendo 0,9% em escolas públicas e 0,6% em escolas particulares. Em 1851 as matrículas correspondiam a 2% da população total livre, deste percentual 1,5% era no ensino público e 0,5% no particular e em 1860 dos 1,7% matriculados, 1,3% era na escola pública e 0,4% na particular.

Tais percentuais, calculados sobre o total da população, não oferecem condições plenas para verificação do percentual de atendimento da população em idade escolar. A dificuldade de localização de registros que contemplassem este aspecto não permitiu, portanto, que se pudesse traçar um perfil mais preciso da escolarização infantil. Por outro lado, a ausência destes cálculos poderia ensejar a conclusão de que o atendimento era bastante reduzido. Dada esta situação, não se pode produzir maiores evidências acerca da relação entre número de vagas escolares e população infantil atendida.

TABELA 3

## População da Província de Santa Catarina - 1831/ 1860

ano	população total	população livre	população escrava
1831	51.458	39.470	11.988
1837	66.624	54.576	13.658
1838	68.638	54.576	14.062
1840	66.218	53.707	12.511
1841	67.218	54.638	12.580
1842	67.460	52.512	14.948
1843	67.475	54.311	13.164
1844	72.814	58.432	14.382
1845	73.406	59.450	13.956
1846	77.211	63.266	13.945
1848	80.133	65.833	14.250
1849	90.000	75.000	15.000
1850	85.755	70.789	14.966
1851	87.448	72.391	15.057
1852	85.755	70.789	14.966
1853	86.190	71.165	15.025
1854	101.559	87.364	14.195
1855	92.588	...	...
1856	105.604	88.485	17.119
1857	111.109	92.922	18.187
1858	122.833	104.425	18.408
1859	127.786	108.655	19.131
1860	114.597	98.281	16.316

**Fontes:** Relatórios dos Presidentes da Província apresentados à Assembléia Legislativa nos anos mencionados.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: Ed. da UFSC, Lunardelli, 1983, p.249, 258 e 360.

TABELA 4

**Matrículas por dependência administrativa - escolas públicas e particulares de Instrução Elementar na Província de Santa Catarina 1835/1860**

Ano	Matrículas em escolas públicas	%	Matrículas em escolas particulares	%	Total
1831	162	...	...	...	...
1833	419	...	...	...	...
1835	472	...	620		1.092
1836	533	...	...	...	...
1838	576	59	408	41	984
1839	501	57	379	43	880
1840	424	62	262	38	686
1841	680	...	...	...	...
1844	449	45	538	55	987
1851	1.319	75	449	25	1.768
1852	1.017	...	...	...	...
1853	1.157	65	628	35	1.785
1855	1.312	74	471	26	1.783
1856	1.601	76	503	24	2.104
1858*	1.695	77	514	23	2.209
1859	1.629	80	397	20	2.026
1860	1.541	74	554	26	2.091

**Fontes:** Miguel de Souza Mello e Alvim (1831), Feliciano Nunes Pires (1833), Presidentes da Província, relatórios apresentados ao Conselho Geral da Província. Relatórios dos Presidentes da Província apresentados à Assembléia Legislativa nos anos mencionados.

\* No ano de 1858, segundo o Presidente da Província, João José Coutinho, não estão incluídos os alunos de quatro escolas masculinas e de quatro femininas, cujos professores não enviaram as relações.

TABELA 5

## Relação entre matrículas e população - 1830/1860

Ano	População	Total de matrículas	% de alunos matriculados
1831	51.450	...	...
1833	-	...	...
1835	-	1.092	...
1836	-	...	...
1838	63.624	984	1,5
1839	65.638	880	1,3
1840	67.218	686	0,9
1841	70.454	...	...
1844	80.113	987	1,2
1851	87.937	1.768	2,0
1852	85.755	...	...
1853	86.190	1.785	2,0
1855	101.569	1.783	1,6
1856	105.104	2.104	1,9
1858	122.833	2.209	1,7
1859	127.786	2.026	1,5
1860	114.597	2.091	1,7

**Fontes:** Miguel de Souza Mello e Alvim (1831), Feliciano Nunes Pires (1833), Presidentes da Província, relatórios apresentados ao Conselho Geral da Província. Relatórios dos Presidentes da Província apresentados à Assembléia Legislativa nos anos mencionados.

Resumindo, pode-se dizer que de 1831 até 1860 a população da Província cresceu, em média 2,8% ao ano, o número total de escolas 1,4 % ao ano e as matrículas, de 1835 a 1860 2,6% ao ano, cálculos que não permitem verificar com exatidão a relação escola - população escolarizável.

## 2.4 A distribuição das escolas na Província

A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, artigo 1º, determinava que em todas as cidades, vilas e lugares populosos fossem criadas escolas de primeiras letras. Santa Catarina passou a cumprir esta determinação de forma gradativa, sendo primeiro contempladas as sedes de cidades e as vilas. Mais tarde algumas freguesias catarinenses foram também beneficiadas com escolas. Porém, em muitos "*lugares populosos*", na década de 50, as crianças ainda não tinham acesso à instrução elementar. Avé-Lallemant, pesquisador alemão que viajou pela Província de Santa Catarina em 1858, relatou que muitas povoações pelas quais passou encontravam-se completamente desprovidas de qualquer tipo de instrução<sup>53</sup>.

Em outros povoados foi possível constatar que havia escolas; no entanto, faltavam professores. Neste caso encontrava-se a freguesia de São João Batista, cujos pais, em 1855, enviaram um abaixo-assinado para o Presidente da Província pedindo professor de primeiras letras, dizendo que havia três anos se achavam privados deste benefício e que 25 crianças encontravam-se em idade escolar<sup>54</sup>.

N.ª do Desterro, até 1860, era o município que possuía o maior número de escolas de primeiras letras. Além das escolas públicas, contava com a maioria das particulares. Em 1840, com aproximadamente 24.622 habitantes, livres e escravos<sup>55</sup>, possuía em torno de 15 escolas, entre públicas e particulares, para ambos os sexos. No mesmo período, Laguna, com 13.612 habitantes, contava com quatro escolas elementares. Mais desproporcional ainda era a diferença entre o número de escolas de Porto Belo e de São Miguel.

<sup>53</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

<sup>54</sup> Correspondência ao Presidente da Província, 1855.

<sup>55</sup> PIAZZA, W. *O escravo numa economia minifundiária*. UDESC, 1975, p. 22.



O primeiro, com população sempre bem inferior ao segundo, possuía um número significativamente maior de escolas.

Essa desproporção na distribuição das escolas era um fato: no ano de 1855, segundo Coutinho<sup>56</sup>, das 2.104 crianças matriculadas nas escolas de primeiras letras da Província, 970 freqüentavam escolas no Município de N. S<sup>a</sup> do Desterro, o que equivale a 46% do total dos alunos, enquanto o percentual da população correspondente a este município equivalia a 19% do total. Em Desterro todos os distritos e freguesias contavam com escolas de primeiras letras. Além disso, o governo subvencionava as escolas particulares e estas, em troca, aceitavam alguns alunos pobres.

Desterro teve o maior número de escolas em relação aos demais municípios da Província. Pelo fato de ser a sede do Governo Provincial e um dos únicos espaços urbanos catarinenses, circulavam informações com mais freqüência, pois havia periódicos locais, chegavam jornais de outras capitais, principalmente do Rio de Janeiro, e muitos viajantes, pesquisadores, artistas e políticos a visitavam. Certamente esses fatores contribuíam para a difusão da necessidade da instrução na sede.

Na **Tabela 6** são destacados os dados que indicam o número total de habitantes existentes na Província de Santa Catarina por município, nos anos de 1840, 1851, 1855 e 1859. Estes dados são apresentados também na **Figura 2**.

---

<sup>56</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província, João José Coutinho, à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em março de 1856.

**TABELA 6**

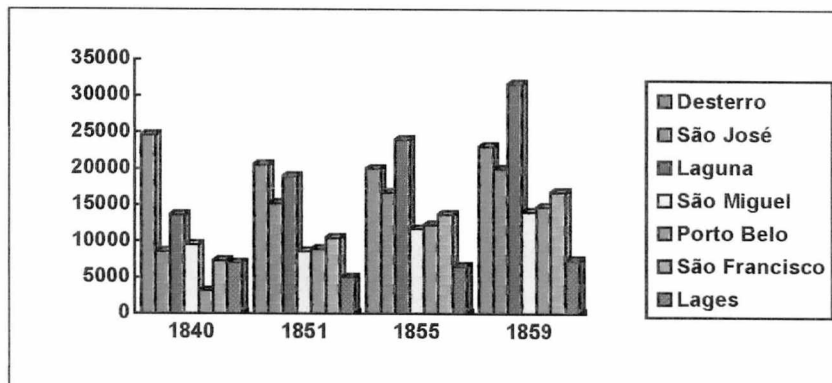
**Habitantes por Município da Província de Santa Catarina - 1840/1859**

Municípios	1840	1851	1855	1859
Desterro	24.622	20.555	20.022	23.060
São José	8.600	15.262	16.711	20.014
Laguna	13.612	18.975	24.031	31.613
São Miguel	9.500	8.611	11.718	14.092
Porto Belo	3.140	8.915	12.294	14.776
São Francisco	7.264	10.479	13.718	16.820
Lages	7.000	5.040	6.490	7.411
Total	75.738	87.837	104.984	127.786

Fonte: PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC, 1975, p.22 e 23.  
Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa.

**FIGURA 2**

**Habitantes por Município da Província de Santa Catarina - 1840/1859**



Fonte: Tabela 6

Na **Tabela 7** e na **Figura 3** apresentam-se dados relativos à desproporção existente na distribuição das escolas entre os

municípios, considerando-se a população de cada um, mostrada na Tabela 6.

**TABELA 7**

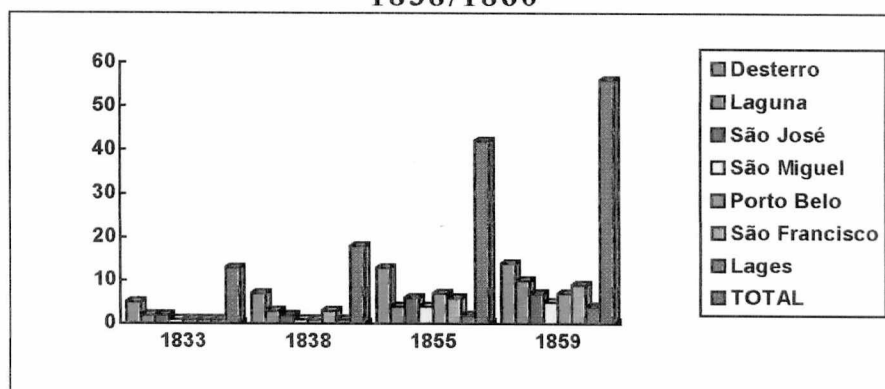
**Escolas Públicas de Instrução Elementar por Município da  
Província de Santa Catarina 1833/1860**

Municípios	Número de Escolas			
	1833	1838	1855	1859
Desterro	5	7	13	14
Laguna	2	3	4	10
São José	2	2	6	7
São Miguel	1	1	4	5
Porto Belo	1	1	7	7
São Francisco	1	3	6	9
Lages	1	1	2	4
<b>TOTAL</b>	13	18	42	56

**Fontes:** Relatório do Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, apresentado à Assembléia Legislativa em 9 de dezembro de 1833. Mapa Demonstrativo das Escolas Públicas Primárias da Província de Santa Catarina no ano de 1855. Relatório do Presidente da Província, março de 1860.

**FIGURA 3**

**Escolas públicas de Instrução Elementar por Município -  
1838/1860**



Fonte: Tabela 7

Outro dado importante a considerar no período estudado refere-se à preocupação com o acesso da mulher à instrução, o que levou o poder público a criar escolas femininas na maioria dos municípios.

Num artigo do jornal **O Argos**<sup>57</sup>, o editor referiu-se à necessidade da educação feminina dizendo que

*Um pai, com ser o primeiro agente da criação, da educação e da instrução, não é todavia o mais influente nos progressos morais e intelectuais de seu filho. É mais uma razão para, desde os primeiros anos, velar-se mais particularmente na educação das futuras mães de família.*

Nesse mesmo artigo recomendava, porém, que se tomasse cuidado com o tipo de educação que fosse oferecida às meninas, para não *desnaturar um ser tão frágil*.

A educação da mulher ocorreu, então, no âmbito de uma ambigüidade que pretendia dar-lhe formação intelectual, mantendo-se, contudo, sua natureza “frágil” e “maternal”. Tal ambigüidade exprimiou-se num currículo diferenciado para as escolas femininas. Nestas, se ensinava a ler, escrever, contas das quatro espécies, gramática e, principalmente, princípios da moral cristã e prendas domésticas.

As aulas das escolas do sexo feminino eram ministradas nas casas das professoras, que recebiam anualmente pagamento de aluguel. De 1830 a 1860, com exceção da Capital, que contava com escolas femininas também nas freguesias, foi implantada uma destas na sede de cada município. No **Quadro 1** apresentam-se as informações quanto ao ano de criação e à localização dessas escolas.

---

<sup>57</sup> O Argos, 15/08/1856.

**QUADRO 1**  
**Localização das escolas de meninas na Província**  
**de Santa Catarina**

<b>Ano de criação</b>	<b>Localidade da época</b>	<b>Localidade atual</b>
1830	Cidade de Desterro	Centro (Florianópolis)
1834	Vila de Laguna	Laguna
1835	Vila de São Francisco	São Francisco do Sul
1838	Vila de São José	São José
1843	Vila de São Miguel	Biguaçu
1843	Distrito de Traz do Morro	Trindade (Florianópolis)
1849	Cidade de Desterro (2ª escola)	Centro (Florianópolis)
1850	Freguesia de Ribeirão	Ribeirão da Ilha (Florianópolis)
	Freguesia de Santo Antônio	Santo Antônio (Florianópolis)
	Vila de Itajaí	Itajaí
	Freguesia de Itapocorói	Penha
1855	Freguesia de N. Sª das Necessidades	Santo Antônio (Florianópolis)
1856	Freguesia de Imaruí	Imaruí

**Fonte:** Coleção de Leis Provinciais de 1835 a 1860.

O número de escolas femininas era inferior ao de masculinas. Esta diferença, porém, foi diminuindo gradativamente. Até 1840, para cada cinco escolas masculinas existia, quando muito, uma feminina. Em 1850 esta diferença cai para aproximadamente três por uma. A **Tabela 8**, baseada nos relatórios dos Presidentes da Província que discriminavam os seus registros por sexo, mostra o processo de ascendência das escolas femininas em Santa Catarina,

que em 1831 representavam 8% do total das escolas de instrução elementar e em 1860, 29%.

**TABELA 8**

**Escolas públicas de Instrução Elementar da Província de Santa Catarina distribuídas por gênero - 1835/1860**

Ano	Masculinas	%	Femininas	%	Total
1831	12	92	01	08	13
1838	19	86	03	14	22
1839	18	82	04	18	22
1840	20	83	04	17	24
1844	16	80	04	20	20
1847	20	74	07	26	27
1849	21	75	07	25	28
1850	20	65	11	35	31
1851	27	71	11	29	38
1854	28	72	11	28	39
1855	31	72	12	28	43
1856	33	72	13	28	46
1857	34	72	13	28	47
1859	34	69	15	31	49
1860	39	71	16	29	55

**Fontes:** Relatórios do Presidente da Província dos anos acima mencionados.

## 2.5 A freqüência às escolas públicas

A discussão sobre o número de alunos matriculados nas escolas públicas baseou-se em dados oficiais retirados dos relatórios dos Presidentes da Província à Assembléia Legislativa. Outra face da questão foi mostrada nos dados apresentados nos relatórios que o Diretor Geral da Instrução Pública encaminhou ao Presidente da Província, após visitas às escolas. Estes relatórios incluem, além do número de matrículas, o número de alunos que freqüentavam regularmente aquelas escolas, dados na **Tabela 9**. Comparando-os, observam-se diferenças significativas entre eles. Os alunos que freqüentavam as escolas públicas regularmente eram aproximadamente 50% dos matriculados.

Além disso, de acordo com o Diretor Geral, o aproveitamento dos alunos deixava muito a desejar. Em nenhuma das escolas que visitou, nos Municípios da Capital, São José e São Francisco, este Diretor aprovou mais de quatro alunos nos exames que proferiu. E a maioria já estava na escola por mais de quatro anos. Na escola de Santo Antônio *apenas um aluno correspondeu às exigências dos exames, era o filho do professor e estava cinco anos na escola*<sup>58</sup>. Em seu relatório, o Diretor Geral afirmou:

*Nessas visitas que fiz às escolas de alguns municípios da Província, verifiquei com efeito que no geral o ensino público acha-se no maior atraso*<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, ao Presidente da Província, fevereiro de 1860.

<sup>59</sup> Ibidem.

TABELA 9

**Matrículas e freqüência regular em escolas  
públicas de Instrução Elementar na Província de  
Santa Catarina - 1859**

<b>Escola</b>	<b>Município</b>	<b>alunos matriculados</b>	<b>alunos c/ freqüência regular</b>	<b>alunos pobres p/ o Estado</b>
1ª escola pública	Desterro	32	17	quase todos
2ª escola pública	Desterro	56	32	12
Santo Antônio	II	46	12	12
Es. fem. de S Antônio	II	22	-	06
Ratones	II	20	12	04
Canasvieiras	II	53	22	22
Sto. Antônio	II	13	09	05
Esc. fem. Trindade	II	32	14	12
Ribeirão	II	23	16	16
São José	São José	37	17	21
Esc. Fm. São José	São José	33	21	9
S. Pedro de Alcântara	II	34	24	-
Enseada do Brito	II	23	14 a 18	17
Santo Amaro	II	15	4	2
São Francisco	São Francisco	54	24	-
Sahy	II	43	24	9
Paraty	II	40	26	-

**Fonte:** Relatório do Diretor Geral, Sérgio Lopes Falcão, apresentado ao Presidente da Província em junho de 1859.



O próprio Diretor argumentava em favor de sua afirmação dizendo que, no ano de 1860, dos 1.541 alunos matriculados em escolas públicas da Província, fizeram exames e foram aprovados na 1ª classe 11 meninos e seis meninas, e na 2ª classe 84 meninos e 31 meninas, totalizando 132 aprovações, o que equivale a 8,5% do total dos matriculados.

O fato de não ter encontrado registros que contemplassem o conteúdo e os critérios de avaliação adotados pelo Diretor Geral ao proferir os exames impossibilitou a realização de análise sobre a aprendizagem dos alunos. A simples adoção da posição do Estado - expressa no relatório do Diretor Geral - sem antes analisar as condições em que se deram os exames, de que forma as questões foram propostas, se havia relação entre o conteúdo cobrado e o trabalhado pelo professor, seria uma atitude no mínimo equivocada. Decorre daí que fica difícil uma compreensão precisa do sentido social, político e cultural que esses números trazem.

Outro aspecto que chamou a atenção nos relatórios refere-se às escolas vagas. Em outras palavras, acontecia uma expansão física das escolas públicas apesar de não reunirem condições de funcionamento, principalmente pela falta de professor. À medida que a rede pública de ensino era expandida, estas escolas passaram a fazer parte da realidade educacional catarinense, embora não fossem contabilizadas nas tabelas e quadros que retratavam a rede física escolar do período. Na **Tabela 10** apresenta-se o número de escolas providas e de escolas vagas, registrado anualmente nos relatórios dos Presidentes da Província no período de 1844 a 1860.

TABELA 10

**Escolas públicas de Instrução Elementar providas e vagas\*  
da Província de Santa Catarina - 1844/1860<sup>60</sup>**

Ano	Total de escolas	Escolas providas (1)	Escolas vagas (2)
1844	24	20	04
1845	...	...	...
1846	...	...	...
1847	30	27	03
1848	33	...	...
1849	33	28	05
1850	36	31	05
1851	38	38	-
1852	38	32	06
1853	38	35	03
1854	42	39	03
1855	49	43	06
1856	48	46	02
1857	51	47	04
1858	57	53	04
1859	56	49	07
1860	55	55	-

**Fonte:** Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina. Coleção de Leis Provinciais - 1835/1860.

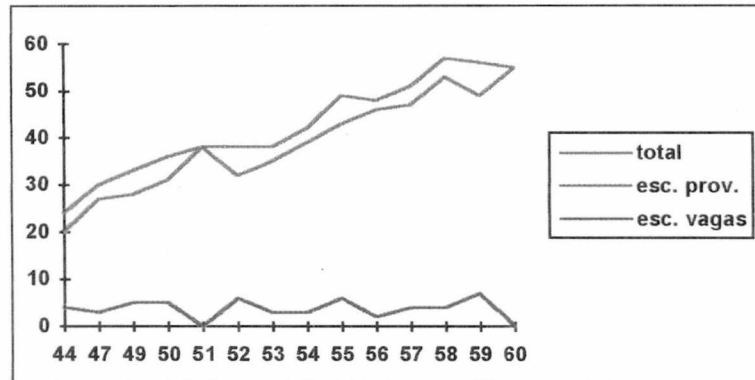
(1) Estabelecimento de ensino em funcionamento.

(2) Estabelecimento de ensino oficialmente criado porém fechado por falta de condições de funcionamento, principalmente por falta de professores.

<sup>60</sup> A tabela 10 e a figura 4 foram construídas com dados referentes ao período de 1844 a 1860 porque só a partir da primeira data as escolas vagas apareceram nos registros.

**FIGURA 4**

**Escolas públicas de instrução elementar providas e vagas  
da Província de Santa Catarina - 1844/1860**



**Fonte:** Tabela 10

As crianças que freqüentavam as escolas públicas de instrução elementar eram, na maioria, oriundas de famílias de baixa renda, ligadas principalmente a atividades rurais, de pesca ou de carregamento de navios. Esta origem é confirmada pelos registros sobre os costumes das classes média e alta na época: famílias abastadas constituíam a minoria da população e algumas tinham seus filhos em escolas particulares ou com professor particular e outras, ainda, os enviavam para estudar em colégios fora da Província.

No relatório de 1850, momento em que solicitava à Assembléia Legislativa maior investimento na instrução pública, o Presidente revelou que acreditava existirem na Província mais de 300 alunos pobres necessitando do socorro do Estado. Isto equivalia a cerca de 33% dos alunos matriculados<sup>58</sup>. O poder público considerava alunos pobres aqueles que não apresentavam condições

<sup>58</sup> Conferir citação nº 73, p. 58.

para comprar material escolar e roupas para freqüentar uma escola. Por isso o Estado custeava o material necessário.

No ano de 1859, segundo o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, nas 17 escolas que visitou, o número de alunos considerados pobres era aproximadamente 160, em torno de 28% dos matriculados<sup>62</sup>.

Nas escolas de ensino elementar os alunos aprendiam a ler, escrever, contar e também a conhecer e afirmar os princípios religiosos, a virtude e o amor às instituições do Estado.

Com esse aprendizado, segundo o jornal **O Mensageiro**, de tendência liberal, os meninos pobres seriam mantidos ocupados e, ao mesmo tempo, dava-se-lhes um certo grau de cultura moral. Um dos artigos desse jornal relata:

*Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para a lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade saibam ler (grifo do autor), não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisso a vida, para serem grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. (...) o nosso fim é tão-somente que cada indivíduo tenha os meios de empregar com maior proveito seu e da sociedade, as faculdades que Deus lhe concedeu; (...) os meninos que freqüentam as escolas elementares terão desde logo a grande utilidade de livrar-se da ociosidade, da distração e dissipação do espírito dos perigos de uma vida vaga e desocupada, da inclinação ao jogo e aos folguedos tumultuosos daquela idade. (...) a simples instrução de ler, escrever, e contar para os meninos pobres,*

---

<sup>62</sup> Conferir tabela 9.

*desenvolve suas faculdades e lhes dá um certo grau de cultura moral. Os meninos que freqüentam a escola dão o primeiro passo para o amor da religião*<sup>63</sup>.

Mais adiante continua:

*“O homem rico deve ter uma generosidade mais ilustrada; se em lugar de dar ao menino pobre uma educação brilhante, mais perigosa, estabelecer na sua Aldeia uma escola elementar, a que possam concorrer todos os meninos pobres, onde não se ensine estudos supérfluos, mas que recebam princípios religiosos, idéias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes; todos aprenderão a ler, escrever e contar. Todos respeitarão as leis civis, religiosas e obrigações domésticas: nada os incitará a abandonar o ofício de seus pais, nada concorrerá para alterar essa igualdade que se deseja conservadora*<sup>64</sup>.

Nesse texto, o editor é bastante claro em mostrar que devia haver uma escola para o rico e outra para o pobre. Para os últimos bastava fornecer elementos que reforçassem a obediência e a passividade, ou seja, a condição de submissos às ordens e às leis em processo de constituição.

---

<sup>63</sup> Jornal O Mensageiro de 23 de fevereiro de 1856.

<sup>64</sup> Ibidem.

## 2.6 O financiamento da instrução

A movimentação financeira na Província de Santa Catarina era muito pequena, especialmente nas primeiras décadas do século XIX. A maioria da população produzia para a subsistência. A farinha de mandioca era um dos poucos produtos comercializados com outras Províncias e, algumas vezes, com o exterior. A arrecadação advinha basicamente da cobrança de taxas alfandegárias, imposto sobre venda de animais e comercialização de carnes, taxa por cabeça de animal que passasse por território catarinense, entre outras. Santa Catarina esteve, durante muito tempo, entre as Províncias brasileiras que possuíam a menor receita. Segundo Cabral<sup>65</sup>, a sua contribuição no comércio geral brasileiro foi pouco significativa, tendo em 1840 e 1841 uma participação de 0,62%.

Na década de 1850, com o aumento do preço dos alimentos, Santa Catarina começou a exportar maior quantidade de produtos, aumentando significativamente sua receita. Porém, em relação às demais Províncias brasileiras, o índice de participação na comercialização praticamente ficou inalterado. De acordo com Avé-Lallemant, haveria muito mais produtos alimentícios para comercialização em Santa Catarina, principalmente nas colônias, se as estradas oferecessem condições para o transporte das mercadorias. De seu relatório sobre uma das colônias visitadas destaca-se o seguinte registro:

*Enquanto os caminhos da Província de Santa Catarina forem tais quais os encontrei, a colônia não pode ter incremento considerável e sempre terá de receber auxílio de fora*<sup>66</sup>.

<sup>65</sup> CABRAL, Osvaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. v.1, Notícia, p.452.

<sup>66</sup> AVÉ-LALLEMANT, op. cit. p. 109.

Como a receita provincial era insuficiente para o montante das despesas com obras e serviços, os governantes dependiam das verbas vindas da Corte. Com a promulgação do Ato Adicional, em 1834, muitas das atribuições do Governo Federal, entre elas a instrução elementar, passaram a ser do Provincial, que se viu obrigado a administrá-las com recursos financeiros locais.

No que diz respeito aos recursos financeiros aplicados na instrução pública, as reclamações eram freqüentes: professores mal pagos, inexistência de prédios escolares, dificuldade para suprir as escolas com livros, móveis e outros materiais escolares. No entanto, a Província aplicava em instrução pública, principalmente na década de 1850, um percentual relativamente alto em relação à arrecadação total. A nenhuma outra rubrica foi destinada, durante essa década, uma soma tão alta como à instrução. Demonstram-no os dados da **Tabela 11**. Para montá-la tomaram-se como exemplos os três itens mais importantes do orçamento público, ou seja, instrução, culto<sup>67</sup> e segurança. É interessante observar as alterações dos valores destinados a cada uma das rubricas em cada período e a evolução destas ao longo dos anos em estudo. Percebe-se que as alterações mais significativas estão vinculadas às mudanças na administração da Província.

---

<sup>67</sup> Culto público era denominação utilizada pelo governo para referir-se à igreja. Em Santa Catarina resumia-se à igreja católica.

TABELA 11

**Receita total e despesa com a instrução, culto e segurança pública da Província de  
Santa Catarina - 1835/1860**

<b>Exercício</b>	<b>Receita Total</b>	<b>Despesa Ins. Púb.</b>	<b>%</b>	<b>Culto Público</b>	<b>%</b>	<b>Segurança Pública</b>	<b>%</b>	<b>Lei/Decreto e Data</b>
1835/1836	51:000\$000	4:740\$000	9	4:429\$800	9,6	10:068\$000	19,7	n. 21-13/05/1835
1836/1837	44:000\$000	4:960\$000	11	4:183\$000	9,5	7:965\$000	18,1	n. 47-11/06/1836
1837/1838	58:000\$000	6:010\$000	10	6:133\$000	10,5	14:778\$800	25,4	n. 71-28/04/1837
1838/1839	58:000\$000	6:660\$000	11	5:433\$000	9,3	15:996\$480	27,5	n. 101-04/05/1838
1839/1840	75:000\$000	7:220\$000	10	8:783\$000	11,7	12:117\$800	16,1	n. 124-29/04/1839
1840/1841	104:000\$000	8:090\$000	8	11:733\$000	11,2	18:209\$020	17,5	n. 146-04/05/1840
1841/1842	85:000\$000	7:350\$000	9	11:133\$000	13,0	13:533\$000	15,9	n. 157-30/04/1841
1842/1843	72:770\$960	6:820\$000	9	9:533\$000	13,1	13:500\$000	18,5	n. 171-02/05/1842
1843/1844	71:003\$651	6:903\$000	10	8:255\$000	11,6	10:402\$000	14,6	n. 184-06/05/1843
1844/1845	72:326\$400	9:799\$000	14	8:247\$000	11,4	10:150\$000	14,0	n. 202-04/05/1844
1845/1846	72:450\$000	11:100\$000	15	7:905\$000	10,9	8:782\$000	12,1	n. 218-07/05/1845
1846/1847	74:420\$000	10:800\$000	15	9:380\$000	12,6	8:614\$000	11,5	n. 230-09/05/1846
1847/1848	80:160\$000	12:550\$000	16	14:355\$000	17,9	8:614\$000	10,7	n. 240-11/05/1847
1848/1849	88:288\$000	13:500\$000	15	14:200\$000	16,0	10:561\$000	11,9	n. 274-04/05/1848
1849/1850	86:449\$236	14:375\$000	17	10:050\$000	12,0	11:341\$600	13,1	n. 293-07/05/1849
1850/1851	84:385\$164	12:882\$400	15	8:550\$000	10,1	12:882\$000	15,2	n. 307-13/05/1850
1851/1852	64:167\$000	15:930\$330	25	1:050\$000	1,6	16:182\$000	25,2	n. 336-10/05/1851
1852/1853	82:080\$333	17:460\$600	21	2:040\$000	2,4	14:966\$400	18,2	n. 348-04/05/1852
1853/1854	96:770\$000	17:160\$000	18	5:850\$000	6,0	15:980\$400	16,5	n. 354-06/05/1853
1854/1855	112:400\$000	25:820\$000	23	2:150\$000	1,9	20:818\$400	18,5	n. 381-30/06/1854
1855/1856	171:054\$000	27:370\$000	16	2:830\$000	1,6	21:772\$000	12,7	n. 401-12/05 /1855
1856/1857	198:623\$120	38:610\$000	19	3:750\$000	1,8	30:200\$000	15,2	n. 424-15/05/1856
1857/1858	165:355\$999	34:330\$000	21	6:000\$000	3,6	31:704\$000	19,1	n. 439-29/05/1857
1858/1859	232:350\$000	41:075\$000	17	4:200\$000	1,8	33:874\$000	14,5	n. 456-05/05/1858
1859/1860	234:621\$000	50:193\$000	21	4:400\$000	1,8	37:500\$000	15,9	n. 470-29/04/1859

**Fonte: Coletânea de Leis Provinciais da Província de Santa Catarina de 1835 a 1860.**



Do ano financeiro de 1835/1836 ao ano financeiro de 1840/1841, o índice destinado à instrução pública foi equivalente ao destinado ao culto público. À defesa e segurança provincial coube um índice maior. De 1841 a 1844, a instrução foi orçada em torno de 9% da receita enquanto o culto em 12%. De 1844 a 1850, as três rubricas receberam valores próximos de 15% cada uma. A partir do ano financeiro de 1851/1852 até o de 1859/1860 a divisão orçamentária sofreu algumas modificações. Das três áreas a instrução pública foi a que recebeu a maior soma de recursos, perfazendo uma média de 20%, seguida da segurança pública e, por último, do culto público. Enquanto as duas primeiras tiveram um aumento significativo de recursos, passando de 12:000\$000 réis em 1850 para 16:000\$000 em 1851, aproximadamente, a última decaiu bruscamente, de 8:550\$000 réis em 1850 para 1:050\$000 em 1851.

O incremento das verbas para instrução, na década de 1850, talvez possa ser atribuído, por um lado, ao aumento da receita e, por outro, à indicação do bacharel João José Coutinho para o governo da Província entre 1850 e 1859.

Sérgio Adorno, em seu estudo sobre os acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, observou que os bacharéis constituíram-se em figuras nodais na administração dos órgãos centrais e regionais de governo porque desempenhavam o papel de mediadores entre interesses privados e interesses públicos, possibilitando *a separação entre o poder doméstico e o poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania*<sup>68</sup>.

Na sua análise sobre a vida acadêmica dos estudantes daquela Faculdade e sua participação na construção do Estado

---

<sup>68</sup> ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.78.

Nacional, observou que, via de regra, os cargos executivos (delegados de polícia, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiro de Estado), legislativos e judiciários foram predominantemente ocupados por bacharéis. Para Adorno, a nomeação de bacharéis para administrar as Províncias, assim como a participação deles na maioria dos cargos administrativos, no Império, fazia parte da política de construção da burocracia do Estado.

**Adorno**<sup>69</sup> considera que

*as características da vida acadêmica em São Paulo, assim como os debates que se travaram entre os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no período compreendido entre a instalação dos cursos jurídicos no Brasil e o limiar da década de 1880, são exemplares para se compreender o sentido e o significado da gênese do processo de profissionalização da política, na sociedade brasileira, e mesmo as raízes da burocratização do aparelho governamental.*

De acordo com o autor, na especificidade histórica que envolveu cada movimento social no período de 1831 a 1849 foi possível *detectar certa veneração revolucionária pelo fundamento jurídico do poder, mecanismo identificado com o controle do acesso à grande propriedade e com o controle sobre as grandes massas trabalhadoras*<sup>70</sup>.

O estudo de Adorno contribuiu para o entendimento de algumas atitudes tomadas por João José Coutinho. Bacharel formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, administrou a Província de

---

<sup>69</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>70</sup> Ibidem.

Santa Catarina nos anos de 1850 a 1859. Sua administração foi marcada por uma série de novas medidas que mudaram, de algum modo, os rumos da política, da economia e da cultura locais.

Durante seu governo iniciou-se a colonização alemã no Vale do Itajaí, com a fundação da Colônia Blumenau(1850), e posteriormente estabeleceu-se a Colônia Dona Francisca, mais tarde Joinville(1851). Autorizou a construção do primeiro Mercado Público de Desterro(1851), criou o "Monte Pio dos Servidores do Estado", instalou a Caixa Econômica(1854) e autorizou a instalação da Biblioteca Pública(1855), além de inaugurar o Liceu Provincial(1857). Em 1857 foi lançada a pedra fundamental do Teatro Santa Isabel (atual Álvaro de Carvalho). Nesse mesmo ano fundou-se, na Capital, a Companhia de Aprendizes de Marinheiros. Ainda priorizou a cultura aumentando o percentual das verbas destinadas à educação, ao mesmo tempo em que reduzia a uma quantia insignificante as verbas destinadas à igreja.

Coutinho foi nomeado Presidente por indicação do Dr. Livramento, ilustre membro do Partido Conservador de Santa Catarina. Por esta razão os livramentistas achavam-se no direito de opinar sobre as diretrizes do governo. Coutinho, entretanto, não os atendia, mantendo muitos dos empregados do governo anterior, de tendência liberal. Esse procedimento não tardou a causar desavenças entre os conservadores. O Coronel José B. C. de Andrada relata que

*embora o órgão desse partido o Periódico Novo Íris redigido pelo Padre Paiva clamasse contra a conservação de tais empregados o Presidente tinha ouvidos de mercador; pois que não lhe foi difícil reconhecer a intriga e precisão do apoio desses cidadãos para o bom andamento de sua administração. Essa imparcialidade de ação administrativa,*

*distinguindo o mérito em qualquer dos lados dos partidos eleitorais provocou as iras dos chefes livramentistas, que contavam monopolizar todas as posições oficiais e empregos lucrativos*<sup>71</sup>.

As ações governamentais durante a década de 1850 indicam que a junção destes dois elementos contribuiu para medidas nas áreas da cultura e instrução pública.

Ao completar dois meses à frente da administração, Coutinho, por ocasião da abertura da primeira sessão da Assembléia Legislativa, reclamava do pequeno orçamento destinado à instrução pública. O aluguel dos prédios escolares havia sido orçado em 1:000\$000 réis quando necessitava de 2:100\$000 réis. Afirmava que não era possível

*com a quantia de 400\$000 réis para utencis de escolas e socorro a alunos pobres (...) prover as 36 escolas dos necessários utencis, e dar-se papel, penas, tintas, contos e livros a mais de 300 meninos que calculo necessitarem desses socorros (...) orço pois para tudo isso a quantia de 800\$000 réis*<sup>72</sup>.

Relata, ainda, a inexistência ou a precariedade do ensino secundário e a falta de apoio dos administradores para com este grau de ensino. Neste sentido, cobrou da Assembléia a revisão do artigo da lei de 1848 que cancelava o pagamento do aluguel de 600\$000 réis, pelos cofres provinciais, para a casa dos reverendos padres da Companhia de Jesus onde funcionava um colégio. Exigiu que se

<sup>71</sup> Memórias do Coronel José Bonifácio Caldeira de Andrada. Revista do Instituto Histórico Geográfico. 1914, 3º e 4º trimestre, p. 197 e 198.

<sup>72</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º/03/1850.

voltasse a pagar tal ajuda *a tão importante colégio*<sup>73</sup>. Demonstrava, assim, sua preocupação com o ensino tanto para a população de baixa renda como para os setores dominantes.

Como pode ser observado na Tabela 11, um percentual relativamente alto da arrecadação total era destinado à instrução pública e, mesmo assim, esta era alvo de inúmeras reclamações por sua pouca eficiência. O problema talvez estivesse, por um lado, no fato de que os recursos eram aplicados sobre uma estrutura educacional incipiente e ineficaz e, por outro, no fato de que a administração provincial movimentava-se dentro de um quadro de escassos recursos econômicos e enormes dificuldades de arrecadação.

A rubrica orçamentária referente à instrução pública, até 1838, constituía-se dos seguintes itens de despesa: pagamento de professores, aluguéis de casas para aulas e socorro a alunos pobres. A partir de 1839 incluiu-se pensão a alunos enviados para o Rio de Janeiro para concluir seus estudos. O primeiro pensionista foi Joaquim de Oliveira Gomes e Paiva, enviado ao Seminário de São José da Corte. Em 1841, encontravam-se na Corte quatro estudantes: Francisco José das Neves, na Escola Normal do Rio de Janeiro; Augusto César Carpineti, na Escola de Arquitetos Medidores, e Joaquim G. O. e Paiva e João Silveira de Souza, no Seminário São José. Estes estudantes deveriam retornar à Província e colocar-se à disposição de qualquer serviço compatível com seus conhecimentos. Caso isso não acontecesse teriam que devolver o dinheiro recebido dos cofres públicos.

Joaquim G. O. e Paiva retornou no final do ano de 1842 e, no ano seguinte, iniciou aulas de língua latina e francesa. Em 1850,

---

<sup>73</sup> Ibidem.

criou o Colégio de Belas Letras em Desterro. Tanto as aulas quanto o colégio eram ensino privado. Tornou-se literato; foi deputado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina por várias legislaturas; editor do jornal o **Novo Íris** na década de 1850 e Arcebispo da Província de 1863 a 1869.

Da mesma forma que Paiva, os demais estudantes ao retornarem à Província passavam a exercer cargos locais importantes.

O Padre Paiva, que o Estado pagou para que se formasse com a finalidade de auxiliar no serviço público da Província, abriu aulas privadas, recebendo do Presidente da Província da época elogios pelo bem que fazia à instrução pública. Segundo o Presidente,

*este estimável Eclesiástico principiou a pagar a sua dívida de gratidão ao seu País, abrindo, como tem aberto, Aula, em que se propõe ensinar as línguas latina e francesa, devendo esperar-se bons resultados deste novo estabelecimento em prol da instrução pública*<sup>74</sup>.

Pelo exposto, parece ficar claro que o envio de estudantes à Corte ou ao exterior e o financiamento de escolas secundárias religiosas constava da pauta de necessidades institucionais dos setores dirigentes, que precisava formar os quadros administrativos da Província, bem como “ilustrar” seus descendentes. De outro lado, a demanda por professores qualificados precisava ser atendida pelo Estado, o que configurava um duplo investimento em termos orçamentários - financia-se a educação do “menino pobre” e do “menino rico”.

---

<sup>74</sup> Relatório do Presidente da Província, Antero José Ferreira Brito, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1843.

### 3 CONSTITUIÇÃO FÍSICA, PEDAGÓGICA E LEGAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA

#### 3.1 As instalações das unidades escolares

##### 3.1.1 Os prédios

A Lei Provincial nº 62, de 08/04/1837, determinava que as escolas fossem estabelecidas em edifícios públicos ou em imóvel alugado, para o que os professores receberiam, mensalmente, uma quantia, podendo locar sua própria residência. Para os professores da Cidade o valor estipulado era de quatro mil réis mensais, das vilas três mil réis, das freguesias e curatos dois mil réis, sendo aumentados se o número de alunos ultrapassasse o limite estipulado na Lei <sup>75</sup>.

A falta de edifícios públicos fez com que a maioria das escolas públicas funcionasse em casas alugadas sem condições apropriadas para a ministração de aulas.

Em 1850, segundo Coutinho, as escolas do centro de Desterro, masculinas e femininas, não comportavam o número de alunos matriculados. Uma das masculinas era freqüentada por 168 alunos e outra por mais de 100; e as femininas, uma por 61 alunas e outra por 63. Na época o Presidente observou que

*...tão grande número (...) as casas onde  
estão estabelecidas as aulas não têm as precisas*

---

<sup>75</sup> Coleção de Leis Provinciais, Lei nº 62, de 08/04/1837.

*acomodações, para que os professores ao menos possam inspecionar todos os alunos*<sup>76</sup>.

Em 1851, referindo-se à lei que encarregava as Câmaras Municipais da decisão sobre o aluguel dos edifícios onde funcionavam as escolas, Coutinho criticou a Câmara de Porto Belo que *sem ao menos economizar no preço alugou para as aulas uma casa junto da Cadeia, e outra unida a uma taberna*<sup>77</sup>, locais nada apropriados para a formação moral de crianças e adolescentes.

Na Capital, a primeira escola pública do sexo masculino, regida inicialmente pelo professor Antônio Xavier de Sousa, funcionou, até 1856, em uma sala do Quartel do Campo do Manejo, local onde atualmente encontra-se o Instituto Estadual de Educação - IEE. Nesse ano, transferiu-se para junto da 2ª escola pública masculina<sup>78</sup>. Em 1857 passou para uma das salas da antiga residência dos padres missionários, atual Praça Getúlio Vargas, onde a partir daquele ano funcionaria também o Liceu Provincial<sup>79</sup>.

Em função do alto preço do aluguel e dificuldade de encontrar imóveis para locação, em 1857 foi comprada a primeira casa, no Município de Tijucas, para servir de escola. Nesse mesmo ano o Presidente da Província pediu à Assembléia Legislativa que o autorizasse a comprar ou construir edifícios para este fim.

Em 1859, após visitar as escolas, o Diretor Geral da Instrução Pública relatou ao Presidente da Província que muitas

---

<sup>76</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1850.

<sup>77</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, março de 1851.

<sup>78</sup> As Escolas públicas localizadas no centro de N. S<sup>a</sup> do Desterro eram denominadas de 1ª escola pública masculina e 2ª escola pública masculina; 1ª escola pública feminina e 2ª escola pública feminina.

<sup>79</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à primeira sessão da Assembléia Legislativa em março de 1857.



casas estavam em péssimo estado de conservação, sem condições para a instrução. Referiu-se ao caso da escola de primeiras letras do Ribeirão da Ilha, onde *a casa e utencis encontram-se em mau estado*<sup>80</sup>.

### 3.1.2 A mobília

Segundo os registros do período de 1830 a 1860, a mobília das escolas era composta por mesas e bancos, na maior parte improvisada. Como mesa para os alunos escreverem servia qualquer suporte, até caixotes virados. A partir da década de 1850, esta realidade começou a ser transformada.

Acatando pedidos de professores, o Presidente da Província, em 1855, autorizou o Diretor Geral da Instrução Pública a comprar escrivaninhas e bancos para algumas escolas. Estes móveis deveriam obedecer a uma medida preestabelecida, sendo as escrivaninhas de 18 palmos de comprimento e um e meio de largura<sup>81</sup> e os bancos do mesmo comprimento. Deveria constar também da mobília uma mesa de seis palmos de comprimento e quatro de largura, com gavetas, e uma cadeira para uso do professor.

A compra de carteiras e mesas padronizadas, em 1855, e da primeira casa para servir de sala de aula, em 1857, iniciou o processo de aquisição, por parte do Estado, de imóveis e material permanente destinados à rede pública de ensino em Santa Catarina.

---

<sup>80</sup> Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, apresentado ao Presidente da Província em dezembro de 1859.

<sup>81</sup> Ofício do Presidente da Província, João José Coutinho, ao Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Antônio de Souza Fagundes, 1855.

## 3.2 O processo pedagógico

### 3.2.1 O currículo

Em 15 de abril de 1835 foi oficializado o primeiro currículo para as escolas elementares, através da Lei Provincial nº 09, primeira editada na Província após o Ato Adicional de 1834. Este currículo definia um único programa para as escolas masculinas e femininas. Após 1843, o currículo das escolas femininas passou a ser diferenciado sob a alegação de que o "*belo sexo*"<sup>82</sup> não necessitava de tantas informações quanto os meninos.

Nas escolas para o sexo feminino ensinava-se a ler, escrever, contas das quatro espécies, gramática, princípios da moral cristã e prendas domésticas. Não estavam incluídas as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; noções de geometria teórica e prática e elementos da geografia.

Em 1843, através da Lei nº 183, ficou determinado que haveria um currículo diferenciado para a primeira escola masculina da capital que funcionaria como modelo para a Província e local de formação de professores<sup>83</sup>.

No **Quadro 2** apresentam-se as distinções relativas ao gênero e à localização, além das demais alterações no currículo ao longo do período em estudo.

---

<sup>82</sup> Belo sexo era uma expressão usada, principalmente nos jornais, para referir-se às mulheres de classe média ou alta.

<sup>83</sup> No capítulo 4 a formação de professores será melhor detalhada.

## QUADRO 2

## Currículos das escolas de primeiras letras da Província de Santa Catarina

Ano	Escola da Capital	Escolas das Vilas, Freguesias e Curatos	
	Masculina	Masculinas	Femininas *
1835	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever</li> <li>- as quatro operações de aritmética</li> <li>- gramática portuguesa</li> <li>- doutrina cristã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler</li> <li>- escrever</li> <li>- as quatro operações de aritmética</li> <li>- gramática portuguesa</li> <li>- doutrina cristã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler</li> <li>- escrever</li> <li>- as quatro operações de aritmética</li> <li>- gramática da língua nacional</li> <li>- princípios da moral</li> <li>- a doutrina cristã</li> <li>- prendas que servem à economia doméstica.</li> </ul>
1836	As disciplinas do currículo continuaram as mesmas, porém devia-se empregar o método Lancaster.	o mesmo	o mesmo
1843	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever pelo método individual</li> <li>- as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções</li> <li>- noções gerais de geometria teórica e prática</li> <li>- gramática da língua nacional</li> <li>- elementos da geografia</li> <li>- princípios da moral cristã e da religião do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever</li> <li>- as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções</li> <li>- gramática da língua nacional</li> <li>- princípios da moral e da religião do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever</li> <li>- contar as quatro espécies</li> <li>- gramática da língua nacional</li> <li>- doutrina cristã</li> <li>- prendas domésticas necessárias à boa educação feminina.</li> </ul>
1848	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever pelo método individual;</li> <li>- as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções;</li> <li>- gramática da língua nacional;</li> <li>- princípios da moral cristã e da religião do Estado.</li> </ul>	igual ao da Capital	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever pelo método individual</li> <li>- contar as quatro espécies</li> <li>- gramática da língua nacional</li> <li>- prendas domésticas necessárias à boa educação feminina.</li> </ul>
1854	Não aparece mais um currículo específico para a escola da Capital.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler, escrever</li> <li>- quatro espécies em inteiro, frações, complexos, decimais, proporções geométricas diretas, inversas e compostas</li> <li>- gramática da língua nacional e</li> <li>- doutrina cristã.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ler e escrever</li> <li>- quatro espécies em inteiros</li> <li>- gramática da língua nacional</li> <li>- doutrina cristã</li> </ul>

Fontes: Coleção de Leis Provinciais. Leis nº 09 e nº 18 de 1835, nº 214 de 1843, nº 268 de 1848 e nº 382 de 1854.

\* Para as escolas femininas o currículo era o mesmo independente da localização.

Em 1859 foi criado, na Província, o primeiro regulamento da instrução primária. Nele constava o que e como ensinar, fornecendo, inclusive, um quadro de horário para cada atividade. Determinava que o ensino de primeiras letras para o sexo masculino e para o feminino se completaria em quatro anos, nas seguintes partes: leitura, escrita, aritmética e gramática.

O ensino elementar até então se completava em dois anos de estudo, divididos em primeira classe e segunda classe. A partir dessa data passou para quatro anos, divididos em primeiro, segundo, terceiro e quarto ano do ensino elementar. A conclusão do curso elementar era autorizada somente aos alunos que freqüentassem regularmente as aulas e que dominassem os conteúdos ministrados a cada ano. O regulamento determinava que os alunos que não dominassem esses conteúdos deveriam repetir o ano correspondente. No **Quadro 3** descreve-se o currículo das escolas masculinas de primeiras letras que passou a vigorar em 1859.

O currículo das escolas femininas se diferenciava do das masculinas nos seguintes aspectos:

- na terceira parte do quarto ano, em lugar de frações, complexos e proporções, recordavam-se as quatro operações de números inteiros, divisão de pesos e medidas brasileiras, denominação vulgar de moedas, redução delas a réis;
- não se ensinava o modo de ajudar a missa;
- as tardes eram destinadas ao aprendizado de prendas domésticas.

## QUADRO 3

## Currículo das escolas masculinas de primeiras letras -1859

Ano	Cronograma	Conteúdos
1º	1ª parte	Conhecimento do alfabeto, sílabas, junção destas em palavras bem pronunciadas
	2ª parte	Formação de linhas, hastes e letras manuscritas minúsculas e algarismos
	3ª parte	Contabilidade por números dígitos
2º	1ª parte	Leitura corrida, pronúncia clara, procurando ler com as pausas da pontuação
	2ª parte	Escrita de frases em bastardo, bastardinho e cursivo e algarismos
	3ª parte	Tabuada, 1ª e 2ª, operações de números inteiros
3º	1ª parte	Leitura de prosa e verso, com pontuação e cadência
	2ª parte	Bastardo, bastardinho, cursiva, escrevendo as definições de aritmética e de gramática
	3ª parte	3ª e 4ª operações de números inteiros, divisão de pesos e medidas brasileiras, denominação vulgar das moedas e redução delas em réis
4º	1ª parte	Gramática, regras, decorações e análise
	2ª parte	Cursiva, apurando a letra
	3ª parte	Frações ordinárias e decimais, complexos e proporções

**Fontes:** Coleção de Leis Provinciais. Regulamento da Instrução primária de 05/05/1859.

Segundo este regulamento, os trabalhos de agulhas produzidos pelas alunas ficavam na escola até o final do ano, quando eram avaliados pelos examinadores. Após a avaliação, os trabalhos

eram entregues às meninas, caso o pano ou tela tivesse sido fornecido pelos seus pais ou patronos. Caso fosse a professora quem fornecesse o material, os trabalhos poderiam ficar com esta.

### 3.2.2 O calendário escolar

O calendário escolar proposto pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo, em 1848, determinava que o ano letivo iniciava em 6 de janeiro e encerrava em 8 de dezembro. Durante esse período, além do domingo eram considerados feriados nas escolas públicas de primeiras letras os dias santos e de festa nacional, o sábado à tarde e de quarta-feira de trevas até o segundo dia de Páscoa<sup>84</sup>. Os dias de festa nacional eram 25 de março, 7 de setembro e 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II.

As aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino, sendo que os professores não seguiam um único horário em toda a Província. A maioria deles iniciava a aula, pela manhã, às 7h30min ou 8 horas e encerrava às 11 e, na parte da tarde, iniciava às 13h30min encerrando às 17 horas. Havia os que abriam a escola às 9 horas e fechavam às 11 e à tarde faziam um turno das 14 às 16h30 min.

Em 1854 foi definido que os professores lecionariam duas vezes por dia. No período matutino, das 8 às 11 horas, e no vespertino, das 14 às 17 horas. Os horários de início e término

---

<sup>84</sup> Coleção de Leis Provinciais. Lei nº 268, de 1º de maio de 1848, art. 35.

poderiam ser alterados desde que os professores perfizessem um total de seis horas diárias<sup>85</sup>.

Em 1859 foi determinado, pelo regulamento da instrução primária, que haveria escolas com aulas num só período e outras em dois. Nas escolas com aulas em dois turnos os meninos de 1º e 2º ano tinham três horas de aulas, sendo posteriormente dispensados. Os de 3º e 4º ano continuariam com seis horas de aula, sendo três de exercícios de suas lições e três como decuriões (monitores) dos estudantes do 1º e 2º ano. As meninas de manhã faziam lições de leitura e escrita e de tarde aprendiam prendas domésticas. Nos sábados os professores levavam os alunos católicos à missa, fazendo-os ajudar o padre, quando necessário. Isto, de acordo com o Regulamento, auxiliaria as crianças no aprendizado da doutrina cristã<sup>86</sup>. Nas escolas com aula em um período o professor poderia optar por trabalhar de manhã ou à tarde. A variação do horário das aulas foi relatada pelo Diretor Geral da Instrução pública, em 1859: na escola de Santo Antônio o *professor Manoel Joaquim Gervásio dá aula das oito às duas horas da tarde*; em Ratones, *a aula abre às 8 da manhã e fecha à uma da tarde*; na escola de meninas de São José a professora Luísa E. Falcão *ensina disciplinas pela manhã. De tarde ocupa-se com prendas domésticas, coser, bordar, renda, marcar, crochê*; o professor de São Pedro de Alcântara, Nicolau Malburgo, *abre a escola às 9 horas até depois das 11 da manhã e de tarde das 2 às 4 e meia ou 5 horas*.

---

<sup>85</sup> Ibidem, Lei 382, de 1º de julho de 1854.

<sup>86</sup> Regulamento da instrução primária de 05/05/1859, art. 17.

### 3.2.3 O material didático-pedagógico

Entre os gastos do Governo Provincial na área educacional, encontravam-se os relativos ao material didático-pedagógico para as escolas públicas de primeiras letras.

Durante a década de 1830, consta nos orçamentos anuais da instrução pública a despesa referente à compra de silabários, catecismos, papel, penas e tinta. No final da década de 1840, já havia na Província cartilhas de doutrina cristã, livros de aritmética, gramáticas para uso dos alunos, porém não foi possível precisar quantas e quais foram as escolas agraciadas com tal material. Em 1855, o Presidente da Província autorizou a compra de uma relação de material que havia sido pedido pelos professores.

Com esse material três escolas da Capital foram beneficiadas. Nas demais escolas da Província, de acordo com o Diretor Geral da Instrução Pública, a falta de livros era generalizada, levando o professor a adaptar-se às condições mais adversas para conseguir ensinar leitura e escrita para as crianças. O **Quadro 4** indica a lista de material comprado para a escola feminina de primeiras letras da Trindade<sup>87</sup>.

A situação era bastante desigual. Algumas escolas públicas, a exemplo daquela da relação apresentada, recebiam livros e outros materiais pedagógicos que permitiam a cada aluno ter um exemplar, ao passo em que as demais escolas da Província não possuíam sequer o material básico para o professor, levando-o a usar outros recursos para o ensino da leitura como cartas pessoais<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855.

<sup>88</sup> Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 19/02/1858.



### QUADRO 4

#### Material didático-pedagógico fornecido às escolas públicas - 1855

Para uso do professor	1 livro de 100 folhas, pautado, para matrícula 1 dito de 5 folhas, pautado, para turnos 1 par de tinteiro de chumbo 1 campainha de metal branco 1 canivete de aparar penas 1 régua grande
Para uso de alunos pobres	12 gramáticas de Coruja 8ª Edição 12 aritméticas de Coruja 12 catecismos de Montepellier 12 cartilhas de doutrina cristã de Pimentel 12 lousas 12 silabários de letra de mão litografados 12 silabários de letra itálica e roma impressos 12 régua pequenas

Fonte: Relatório do Diretor Geral Interino da Instrução Primária -1855

No regulamento da instrução primária de 1859 há referência ao caderno, material até então não mencionado nos registros. O artigo 15 do referido regulamento determinou que:

*Os discípulos farão cadernos de quase tudo o que lhes for ensinado, escritos por eles, e ditados pelos professores adjuntos ou decuriões sob a inspeção daqueles. Estes cadernos serão guardados até o fim do ano, para serem apresentados aos*

*examinadores, e depois entregues aos alunos, para apresentarem a seus pais ou patronos*<sup>89</sup>.

### 3.2.4 A metodologia

Para trabalhar o currículo nas escolas de instrução elementar, a partir de 1835, de acordo com a legislação provincial, era utilizado o método individual e o Lancaster. O método individual destinava-se às escolas com poucas matrículas, onde os professores deveriam seguir os compêndios e os silabários designados pelo Presidente da Província. O método Lancaster era aplicado nas escolas de cidades e vilas populosas, onde geralmente o número de matrículas era superior a vinte alunos<sup>90</sup>. De acordo com este método, os alunos mais adiantados, instruídos pelo professor, passavam a atuar como auxiliares ou monitores nas classes iniciais. Em seu livro<sup>91</sup>, Manacorda utiliza-se de uma passagem da obra de Bell para explicitar o método proposto: destinava-se *a diminuir as despesas da instrução, a abreviar o trabalho do mestre e a acelerar os progressos do aluno*<sup>92</sup>.

Na opinião de **Manacorda** o Lancaster não era apenas um método didático, mas também uma opção política. O ensino mútuo era uma resposta prática ao perpétuo medo dos conservadores ingleses de que a instrução pudesse perturbar o Estado. Este método, para **Hamel**, citado por esse autor, é acompanhado de uma

<sup>89</sup> COLEÇÃO DE LEIS PROVINCIAIS. Regulamento da instrução primária de 05/05/1859.

<sup>90</sup> O método Lancaster foi difundido na Inglaterra pelo pastor anglicano Andrew Bell, a partir de 1789, e pelo quaker Joseph Lancaster, a partir de 1789.

<sup>91</sup> MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

<sup>92</sup> BELL, Andrew. In: Manacorda, M. Alighiero. **Op.cit.** p. 257.

disciplina rigorosa e de um sistema permanente de avaliação, de modo que

*se um aluno comete um erro, cede lugar ao que está depois dele, que o corrige, e desta forma o mais hábil chega a colocar-se no primeiro lugar... Desse modo, quem avança passa para frente da divisão e quem regride passa para trás... a criança que por algum tempo ficou ocupando o primeiro lugar da classe passa para o último da classe superior. Assim também quem não faz progressos suficientes desce para o primeiro lugar da classe inferior*<sup>93</sup>.

**Manacorda** afirma que o espírito competitivo era a mola mestra desse sistema de ensino, que se propagou rapidamente, não só na Inglaterra como também em vários outros países. O Brasil, no início do século XIX, adotou-o como o método oficial nas escolas públicas.

Em 1837, o Presidente da Província de Santa Catarina, José Joaquim de Oliveira, reconhecia a ocorrência de pouca aprendizagem nas escolas de ensino mútuo. No entanto, este método continuou sendo adotado pois supria a carência de professores, bastante acentuada, além de diminuir os gastos com a instrução pública.

Até 1840, em Santa Catarina, as classes eram monitoradas pelos alunos mais adiantados, denominados decuriões. A partir dessa data foram contratados professores adjuntos para as quatro escolas com maior número de alunos, sendo duas na Capital, uma no Município de São José e outra no de Laguna. As demais continuaram com o monitoramento exercido pelos alunos mais adiantados.

---

<sup>93</sup> Hamel, José. In: Manacorda, op. cit. p.260.

Através da Lei nº 268, de 1º de maio de 1848, foi determinado que todas as escolas de primeiras letras deveriam adotar o método individual; porém, tanto os professores adjuntos como os monitores não foram dispensados. O Regulamento da Instrução Primária de 1859 inclui os alunos de 3º e 4º ano como decúrias dos de 1º e 2º ano. Transcreve-se, como exemplo, a tabela A deste Regulamento no **Quadro 5**. Com base nesses dados, observou-se que o cerne do método Lancaster - a economia do Estado com pessoal - não desapareceu nesse período.

### QUADRO 5

#### Horário das disciplinas do 1º ao 4º ano e decúria dos alunos de 3º e 4º ano da Instrução Elementar

dias de aula	ano	horas da manhã			horas da tarde		
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
segunda	1º	escrita	leitura	-	aritmética	-	-
a	2º	escrita	leitura	-	aritmética	-	-
sexta-feira	3º	decúria	decúria	escrita	decúria	leitura	aritmética
	4º	decúria	decúria	escrita	decúria	aritmética	gramática

Fonte: Regulamento da instrução primária de 1859.

### 3.3 A regulamentação do ensino

A legislação de 1824 a 1834, em primeira instância, era de competência do Conselho Geral da Província. Uma vez aprovada era submetida à apreciação do Conselho Geral do Império. A partir de 1834, com a implantação do Ato Adicional à Constituição de 1824, os Conselhos Gerais das Províncias foram substituídos pelas

Assembléias Legislativas Provinciais. A estas competia, dentro dos seus limites, legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica e sobre a instrução pública.

No que tange à instrução pública, a Lei estabeleceu :

*Art. 10. Compete às mesmas Assembléias legislar: Parágrafo 2º. Sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as Faculdades de Medicina, Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução, que para o futuro forem criadas por Lei Geral*<sup>94</sup>.

De acordo com **Paiva**<sup>95</sup>, essa lei propiciou uma atitude de isenção de responsabilidade por parte do Governo Central em relação ao ensino primário, considerando-o privativo das Províncias. Ao mesmo tempo garantiu que o ensino das elites ficaria sob sua incumbência.

**Piazza**<sup>96</sup>, referindo-se à descentralização administrativa proposta no Ato Adicional, diz que:

*O Ato deu às Províncias o direito de terem seu próprio Legislativo. Contudo, os municípios permaneciam sem autonomia e as assembléias eram subordinadas aos presidentes das Províncias, nomeados pelo governo central.*

---

<sup>94</sup> Coleção de Leis Imperiais . Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 - "Ato Adicional".

<sup>95</sup> **PAIVA**, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

<sup>96</sup> **PIAZZA**, Walter Fernando. **O poder legislativo catarinense**: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

As Assembléias Legislativas tinham número variado de deputados, sendo 36 nas Províncias mais populosas, 28 nas médias e 20 nas com menor contingente populacional, entre estas Santa Catarina<sup>97</sup>. Os deputados eram eleitos pelo voto indireto, para um mandato de dois anos, sendo que poderiam candidatar-se à reeleição<sup>98</sup>. A Constituição de 1824 determinava que para ser eleitor a pessoa precisava ter renda líquida anual de pelo menos 100 mil réis. Para ser candidato a deputado a renda teria que ser de 400 mil réis e a senador de 800 mil réis. A eleição ocorria em duas etapas. A primeira nas Paróquias. Ali os eleitores em condições legais para votar escolhiam os representantes que iriam eleger os deputados na segunda etapa da eleição, na sede dos Distritos.

Os deputados reuniam-se durante dois meses a cada ano, em março e abril<sup>99</sup>. Na abertura da sessão legislativa anual, o Presidente da Província lia o relatório onde fazia a prestação de contas, a demonstração da obediência dada às leis votadas, e solicitava medidas legislativas julgadas necessárias ao bem público<sup>100</sup>.

As leis votadas eram sancionadas pelo Presidente da Província, exceto as que se referiam a despesas e empregos municipais de exclusiva competência do Legislativo, tanto para votá-las como para promulgá-las. Caso o Presidente discordasse da lei tinha poder de veto que, retornando à Assembléia, poderia ser aprovado ou rejeitado pela Assembléia. Permanecendo o impasse, era a lei encaminhada para exame e apreciação da Assembléia Geral da Nação<sup>101</sup>.

---

<sup>97</sup> Artigo 2º do Ato Adicional.

<sup>98</sup> Ibidem, artigo 4º.

<sup>99</sup> Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Lei de 10 de abril de 1835.

<sup>100</sup> Artigo 8º do Ato Adicional.

<sup>101</sup> Ibidem, art. 13.

Os deputados ganhavam subsídios e indenização de despesas de viagem e não perdiam os empregos se fossem funcionários públicos. Nos períodos legislativos, porém, não podiam exercê-los nem perceber de suas fontes<sup>102</sup>. A primeira eleição para o Legislativo catarinense aconteceu a 9 de novembro de 1834. Nessa época ainda não existiam partidos políticos formalmente organizados em Santa Catarina, o que não significou eleições pacíficas. As disputas e facções partidárias que existiam na Corte repercutiam na vida da Província. Por volta de 1830 começam a se constituir dois grupos políticos. Um de tendência liberal, ligado a Jerônimo Francisco Coelho, e outro de tendência conservadora, ligado à família França, ambos de Laguna. Estes dois grupos, na década de 1840, formaram os partidos alcunhados, em Santa Catarina, de Judeu e Cristão. Os membros do primeiro eram simpatizantes de idéias liberais ou personalidades ligadas a este partido na Corte não necessariamente judeus, e o Cristão buscava sua sustentação nos ideais do partido conservador.

As disputas entre as facções eram acirradas. Qualquer problema a ser resolvido na cidade acabava em discussões envolvendo membros de ambos os partidos. Um exemplo foi a transferência das barraquinhas de venda de pescados e outros gêneros para local próximo à Ponte do Vinagre quando da visita do Imperador, em 1845. Logo que este partiu, o grupo liderado pelo comerciante João Pinto da Luz (Partido Cristão) passou a defender que o mercado fosse instalado na Praça do Palácio. O farmacêutico Amaro José Pereira, Jerônimo Coelho, famílias Mafra e Cidades, Francisco Duarte da Silva e Marcelino Dutra (Partido Judeu) defendiam a construção do mercado no local onde provisoriamente as barraquinhas estavam instaladas - nas proximidades do forte de Santa

---

<sup>102</sup> Ibidem, art. 22.

Bárbara e Ponte do Vinagre. Esse assunto rendeu discórdias e conchavos por muito tempo, vencendo o Partido Cristão.

Em 1847 ocorreu a eleição para a Assembléia Geral do Império, quando se acirraram os litígios. Nela concorreram Jerônimo Francisco Coelho e Dr. Joaquim Augusto do Livramento, sendo vitorioso o segundo. Os poemas escritos expressavam as rivalidades: Pe. Paiva defendia os Cristãos (Conservadores) através de poemas veiculados nos principais jornais da cidade; Marcelino A. Dutra, por sua vez, defendia os Judeus (Liberais) e publicou alguns de seus poemas em jornais, além de produzir, especialmente para a eleição de 1847, um poema satírico, "A assembléia das aves", que deu nome ao seu livro de poesias, impresso no Rio de Janeiro:

*Coroando a parte literária desta campanha o estilo poético de Marcelino Antônio Dutra, o poeta do brejo, produziu A Assembléia das Aves, dedicado aos verdadeiros amigos do Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho*<sup>103</sup>.

O poeta denominou o candidato judeu de Cisne e o candidato cristão de Quero-Quero, o que, para o editor do livro, foi uma feliz escolha, pois são

*ambos aves aquáticas o que bem quadra aos dois candidatos, filhos de uma província eminentemente marítima e fluvial, com a diferença porém que o cisne é o majestoso rei dos grandes*

<sup>103</sup> PIAZZA, Walter F. **O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias** (1834-1984). Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. p. 151.



*lagos, e o quero-quero o mariscador dos pequenos charcos* <sup>104</sup>.

O período de 1830 a 1860 foi marcado, na Província de Santa Catarina, por uma série de desavenças políticas. No entanto, a preocupação com o ensino público foi ganhando cada vez mais espaço na agenda político-administrativa. A partir de 1835, uma quantidade expressiva de leis referentes à instrução foi criada na Província. Nas principais leis os artigos ficaram cada vez mais longos e complexos, o que expressa, ao mesmo tempo, que a *máquina governativa* e a sociedade estavam se complexificando.

A primeira lei - com dois artigos - sobre a instrução pública elementar na Província de Santa Catarina <sup>105</sup>, depois do Ato Adicional, data de abril de 1835 e determinava a criação de cadeiras de primeiras letras em cinco paróquias, cujos professores deveriam ensinar a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, a gramática portuguesa e ortografia e a doutrina cristã. Estas disciplinas seriam ensinadas através do método individual. A lei não fazia referência ao recrutamento de professores, material didático e condições materiais para as aulas. Por outro lado, era expressão da organização do próprio Estado e dos limites deste no encaminhamento de medidas referentes à instrução.

A Lei Provincial nº 35, de 14 de maio de 1836 <sup>106</sup>, preenchendo os vazios da lei anterior tratou, pela primeira vez em Santa Catarina, da carreira funcional dos professores, das disciplinas a serem ministradas nas escolas de primeiras letras e da metodologia de ensino, além de estabelecer critérios para seleção dos

<sup>104</sup> DUTRA, M.A. *Assembléa das Aves*. R.J. Typographia do Mercantil, 1847. p. IX.

<sup>105</sup> Coleção de Leis Provinciais. Lei de 15 de abril de 1835.

<sup>106</sup> Coleção de Leis Provinciais. Lei nº 35 de 14 de maio de 1836.

professores. Tais componentes indicavam o interesse na organização do ensino na Província.

A partir dessa lei, muitas outras referentes à instrução foram criadas e, em cada uma delas, um novo elemento incorporado. Observando-se o **Quadro 6**, onde o conteúdo das leis editadas no período de 1830 a 1860 foi descrito sinteticamente, pode-se perceber os elementos privilegiados pelo Estado na organização do ensino a cada nova lei. Ou melhor, como o Estado foi tecendo e ordenando a rede pública de ensino.

Dentre as leis apresentadas no quadro 6, a Resolução nº 382 de 1854 é a mais completa, pois aborda a maioria dos aspectos relacionados à instrução elementar, distribuídos em 90 artigos e muitos deles em vários parágrafos. Vale ressaltar, no entanto, que mesmo sendo ampla, foi no regulamento da instrução primária de 1859 que se criaram medidas que alteraram a estrutura organizacional da escola de ensino elementar em Santa Catarina. Este passou de dois para quatro anos; o conteúdo foi distribuído por ano; as aulas passaram de oito para seis horas diárias.

## QUADRO 6

### Principais Leis da Instrução Primária da Província de Santa Catarina - 1836/1860

Leis	Principais assuntos abordados
nº 35 de 14/05/1836	concurso, ordenado, carreira, conteúdos curriculares, metodologia, localização das escolas
nº 136 de 14/04/1840	formação de um professor na Escola Normal do Rio de Janeiro, formação dos professores na escola da Capital, conteúdos curriculares, inspeção escolar
nº 183 de 29/04/1843	habilitação dos professores na escola da Capital, ordenados, pensionistas para esta escola, punições a professores negligentes, regras para abrir escola particular, jubilação dos professores
nº 214 de 6/05/1845	conteúdos curriculares, normas do concurso, vencimento dos professores e professoras, jubilação, valor de aluguel dos edificios escolares, licença para abrir escolas particulares, regras para seu funcionamento
nº 268 de 1º/05/1848	criação dos cargos de diretores municipal e paroquial, deveres dos professores e seus ordenados, jubilações, suspensões, demissões dos professores, provimento das cadeiras, disposições gerais
Resolução nº 382 de 1º/07/1854	criação dos cargos de diretor e subdiretor em substituição aos diretores municipais e paroquiais, provimento das cadeiras, professores e suas obrigações, exames dos alunos e disposições gerais
Regulamento da instrução primária de 05/05/1859	divisão do ensino de primeiras letras em quatro anos, divisão dos conteúdos de acordo com o ano em que o aluno se encontrava, quadro de horário para cada série, definição de horário para alunos de 3º e 4º anos atuarem como decuriões, data para exame dos alunos antes de ingressarem na escola, assim como para o final do ano, critérios de conduta para os professores, material necessário ao professor, castigos permitidos para os alunos, feriados e período de aula

**Fonte:** Coleção de Leis Provinciais de 1835-1860.

## 4 DOCÊNCIA E INSPEÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO ELEMENTAR EM SANTA CATARINA

### 4.1 Os professores

Nos registros dos Presidentes da Província, dos Diretores da Instrução Primária e das demais pessoas responsáveis pela instrução em Santa Catarina, os professores eram considerados a mola mestra do processo ensino-aprendizagem. Sobre eles pesava a maior parcela de responsabilidade pela qualidade do ensino.

Na Província as escolas apresentavam problemas de funcionamento desde a sua implantação: faltavam prédios, mobília e material didático adequados assim como professores habilitados. De acordo com os administradores da época, dentre os elementos responsáveis pelo *mau estado da instrução na Província* o professor estava em primeiro plano. O Presidente da Província, Francisco José de Souza Andréa, em relatório à Assembléia Legislativa em março de 1840, considerava que *sem professores hábeis, mal se pode esperar progresso na instrução*<sup>107</sup>, reclamando do *desgraçado estado da nossa instrução elementar* e apontando como a principal causa a falta de professores habilitados. Segundo ele, salvo raras exceções, só existiam na Província atuando nesta profissão *Mestres ignorantes*, o que impedia o melhoramento do ensino elementar.

Não apenas no relatório do Presidente Andréa, mas na maioria dos registros da instrução pública, o professor era responsabilizado pela qualidade do ensino. No entanto, recrutar professores qualificados e criar meios para qualificá-los na própria

---

<sup>107</sup> Relatório do Presidente da Província, Francisco José de Souza Soares de Andréa, 1º de março de 1840.

Província se constituíram em problemas não resolvidos por todos os Presidentes do período.

Nos documentos coligidos, os professores eram caracterizados como pessoas leigas que, quando muito, se destacavam um pouco na leitura e escrita. O que não poderia ser muito diferente, tendo em vista que não existia na Província uma Escola Normal. Existiam aqui, desde antes de 1830, Aulas Maiores de Latim e Francês; em 1837 foram criadas duas Cadeiras, de Filosofia Racional e Moral, Retórica e Geografia e de Aritmética, Álgebra, Geometria Teórica e Prática e Trigonometria Retilínea. Em 1856 foi criado o Liceu Provincial, ou seja, a primeira escola pública secundária. Tanto as Aulas Maiores como o Liceu não se destinavam diretamente à formação de professores, mas auxiliariam na compreensão dos conteúdos, caso eles os freqüentassem, o que parece não aconteceu.

#### **4.1.1 O ingresso do professor na rede**

A admissão de professores para as escolas públicas de primeiras letras dava-se mediante concurso público, seguindo os critérios estabelecidos na Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, artigos 7º e 8º:

*Art. 7º. Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão os mais dignos e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.*

*Art. 8º. Só serão admitidos à posição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus*

*direitos políticos, sem nota na regularidade de sua conduta*<sup>108</sup>.

A Lei Provincial nº 35, de 14 de maio de 1836, também condicionava a contratação de professores à realização de concurso público. Para participar do concurso das Cadeiras de Primeiras Letras era necessário ser cidadão brasileiro e estar de posse de seus direitos políticos. O concurso deveria ser anunciado em editais com antecedência de dois meses e realizado na Câmara Municipal da Capital, na presença do Presidente da Câmara e de um ou mais vereadores. Os concorrentes, examinados por três pessoas escolhidas pelo Presidente da Província, deveriam ter conhecimento das matérias exigidas para a cadeira vaga. A avaliação era individual, durando meia hora com cada examinador. Cabia ao Presidente da Província dar o parecer final após o resultado do exame e a classificação assinados pelos examinadores, Presidente da Câmara e vereadores presentes.

Em 1854, pela Resolução 382 de 1º de julho, apareceram exigências não mencionadas nas leis anteriores: para ser admitido em concurso o pretendente deveria comprovar cidadania brasileira, ser maior de 21 anos, ter bons costumes e saúde, professar a religião do Estado e ter pelo menos dois meses de residência na Província<sup>109</sup>.

O concurso era feito sempre que vagasse uma cadeira ou uma nova escola fosse criada. Houve anos em que foram realizados vários concursos em Santa Catarina. Nos relatórios da Câmara Municipal da Capital encontramos cópias de editais de concurso e de outros documentos informando as Cadeiras vagas. O Presidente da Província, em uma circular encaminhada às Câmaras Municipais, relatou:

---

<sup>108</sup> Coleção de Leis Imperiais, Lei de 15 de outubro de 1827.

<sup>109</sup> Coleção de Leis Provinciais, Lei nº 382, de 1º/07/1854, art. 8º.

*Achando-se por prover as Cadeiras de primeiras letras das freguesias de São João de Imaruí, e Nossa Senhora da Piedade do Município da Laguna, e da freguesia da Enseada do Brito do Município de São José, e da vila de Lages; V.M. na forma do que prescreve o art. 2º da Lei Provincial nº 35 de 14/05/1836, farão afixar editais em todos os distritos desses municípios no dia 15 de junho deste ano, publicando que estão a concurso as mencionadas Cadeiras (...) e que o concorrente ou concorrentes devem apresentar-se no dia 16 de agosto futuro na sala das sessões da Câmara Municipal da Capital, onde serão examinados...<sup>110</sup>.*

Em agosto, nova circular foi encaminhada às Câmaras solicitando que colocassem editais anunciando as de cadeiras vagas. Em dezembro publicou-se outro edital, o que significa que em 1837 houve pelo menos três concursos públicos para professores de primeiras letras.

Quando não se apresentava nenhum candidato para o concurso ou os inscritos não preenchessem os requisitos exigidos, o Presidente da Província tinha respaldo legal para nomear professor interino para a escola vaga. Apesar da impossibilidade de precisar os números de professores desta categoria é possível dizer, com base nos registros, que todo ano havia escolas providas interinamente.

A obrigatoriedade de concurso para ingressar na rede pública de ensino, a partir de 1836, além de verificar a competência dos futuros professores evidenciava o processo de estruturação da rede segundo princípios de publicização do ensino. Por outro lado,

<sup>110</sup> Circular de José Joaquim Machado de Oliveira, Relatórios da Câmara Municipal ao Presidente da Província 1837/1839.

não se pode descartar a possibilidade deste processo seletivo ter servido para legitimar a nomeação de professores cujas posições políticas fossem coerentes com as dos dirigentes da Província.

#### 4.1.2 A formação do professor

Desde meados da década de 1830 fazia parte das preocupações dos Presidentes da Província o problema de um magistério sem o mínimo de formação profissional. Assim, como responsáveis pelo ensino, tanto o Executivo como o Legislativo foram levados a tomar algumas atitudes visando minimizar tal situação.

Inicialmente, após assumir uma escola, o professor recebia orientações através de material escrito (compêndios, livros e outros). Os compêndios eram trazidos do Rio de Janeiro a pedido do Presidente da Província, que os enviava às escolas. Quanto à elaboração deste material, em 1829, através de decreto, o Imperador criou uma comissão com a finalidade de, entre outras funções, produzir os compêndios. Esse decreto dispõe que:

*Sendo indispensável regular convenientemente a instrução da mocidade nas escolas de primeiras letras, tanto pelo sistema de Lancaster, como pelo antigo; Hei por bem criar uma comissão composta dos Professores Antônio Maria Barker, Felizardo Joaquim da Silva Moraes, Francisco Pereira Sarinento, e Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, a qual terá por primeiro objeto em seus trabalhos organizar um projeto de regulamento para as referidas escolas, e ordenar compêndios, pelos quais metodicamente se*



*ensinem as matérias declaradas no artigo sexto da lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte sete*<sup>111</sup>.

Em 1849, o Presidente da Província relatou que em todas as escolas se ensinava a ler e escrever pelo método individual, a Aritmética pelo **Compêndio do 1º ano Mathemático** de Belegarg; a Gramática Nacional pela **Gramática de Coruja** e a Doutrina Cristã pelo **Cathecismo de Montepellier**.

Como a ausência de professores habilitados para o magistério era apontada como a causa principal do atraso da instrução na Província, a saída para este problema era trabalhar na sua formação. Não contando a Província com uma escola normal, em 1837 foi previsto, na Assembléia Legislativa, o envio de uma pessoa à Escola Normal do Rio de Janeiro, sendo as despesas pagas pelos cofres públicos.

Na opinião do Legislativo esta era a solução mais viável, dada a falta de recursos financeiros e humanos para a instalação de uma escola normal local.

Em 1840, a Assembléia Legislativa autorizou o governo a enviar um professor para estudar na Escola Normal do Rio de Janeiro<sup>112</sup>. Assim, foi realizada uma seleção entre os interessados e Francisco José das Neves foi escolhido, partindo para o Rio em 1841.

Ao retornar, em 1843, passou a reger a 1ª Escola da Capital, que funcionou, durante aquele ano, também como local de formação dos professores. O Presidente convocou todos os

---

<sup>111</sup> Decreto Imperial de 19/11/1829. In: Decretos 1827/1831, vol. 15, p. 55.

<sup>112</sup> Lei n.º 136, de 14 de abril de 1840, art. 1º.

professores de primeiras letras menores de 35 anos, admitidos no serviço público após o ano de 1840, para ali se habilitarem<sup>113</sup>. Onze destes, oito efetivos e três interinos, freqüentaram as aulas. Além dos professores, dois pensionistas<sup>114</sup> e dois não pensionistas inscreveram-se, perfazendo um total de 15 “mestres habilitandos”.

Após seis meses de estudo, com exceção dos dois não pensionistas, todos, na avaliação de Neves, foram considerados habilitados para o exercício da atividade docente. Os professores interinos e os dois pensionistas foram efetivados. Dos não pensionistas, um desistiu e outro manifestou interesse em continuar sua formação junto com a turma do ano seguinte já que não havia sido considerado habilitado.

Como não havia mais interessados em habilitar-se para o magistério, a escola da Capital, após 1844, continuou como escola de primeiras letras para crianças, sendo regida pelo mesmo professor Neves.

Segundo o Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, Neves negava-se a trabalhar com crianças, tratava-as, quando obrigado a abrir a escola, com descaso. Muitos pais haviam impedido seus filhos de freqüentarem as aulas. Em função disto, em 1845 foi demitido. Brito, referindo-se ao fato, afirmou que

<sup>113</sup> A Lei nº 136, de 14 de abril de 1840, que dispôs sobre a habilitação de professores na Escola Normal do Rio de Janeiro, autorizou o Presidente da Província a convocar todos os professores de primeiras letras a frequentarem a Escola da Capital, sob pena de demissão, para que recebessem formação para o magistério (art. 3º).

<sup>114</sup> De acordo com a Lei nº 181, de 29/04/1843, art. 6º, o Presidente da Província poderia admitir na Escola da Capital até três pensionistas, com vencimento mensal de doze mil réis. Os interessados deveriam encaminhar requerimento provando: 1º ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos e dotado de boa educação; 2º saber ler e escrever e 3º não ter meios para frequentar a escola. De posse da autorização, dirigir-se-iam para a escola onde seriam examinados para averiguar se possuíam conhecimento suficiente de leitura e escrita.

*depois de dois anos de advertência, repreensões, desconto de ordenado por castigo, inspeção na escola, não conseguindo que se dedicasse, nem dando esperança disso, e cada vez pior, demiti-o*<sup>115</sup>.

Para difusão do ensino, a ação da Escola de Primeiras Letras da Capital era fundamental. Era o único espaço de formação docente na Província. Ali os futuros mestres conheceriam os elementos básicos da prática diária em uma sala de aula. Mas, apesar da sua importância, essa experiência não teve êxito.

#### 4.1.3 O salário

A remuneração dos professores era anual e o valor definido de acordo com a localização, o gênero ou metodologia da escola. O maior salário cabia ao professor da Capital, seguido do da cidade, vila, freguesia e curato. Na mesma sequência, mas com valores bem menores, aparecem os vencimentos das mulheres que exerciam atividade docente. Além desta variação salarial havia a diferenciação em relação ao método e à categoria funcional (efetivo ou interino). Os interinos recebiam dois terços do ordenado do efetivo. Já as professoras interinas tinham vencimento de 150\$000 réis, independente da localização da escola.

Na **Tabela 12** apresentam-se os valores pagos aos professores das escolas públicas de instrução elementar, no período de 1835 a 1860, obedecendo às divisões estabelecidas na legislação provincial.

<sup>115</sup> Relatório da Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1846, p.4.

TABELA 12

**Ordenado dos professores da rede pública de Ensino Elementar da  
Província de Santa Catarina - 1835/1860**

Ano	Ordenado anual dos Professores das Escolas de Primeiras Letras						
	Professor				Professora		
	Capital	Cidades	Vilas	Freguesias/C uratos	Capital	Cidades e Vilas	Freguesias
1835		360\$000 *	300\$000 *	180\$000	260\$000	260\$000	
1836		360\$000 *	300\$000* 180\$000 240\$000	200\$000	260\$000	260\$000	- -
1843	600\$000	350\$000	350\$000	300\$000	400\$000	300\$000	250\$000
1854	600\$000	400\$000	400\$000	350\$000	450\$000	350\$000	300\$000

**Fonte:** Coleção de Leis Provinciais de 1835 a 1860.

\* Escolas de Ensino Mútuo ou Método Lancaster

Mesmo tendo ocorrido aumento no valor do vencimento durante o período, os professores reclamavam da baixa remuneração, alegando ser insuficiente para manter suas famílias. Em função disto, muitos tinham *necessidade de agremiar, fora do magistério, meios outros de subsistência para suas famílias*<sup>116</sup>.

Em 1848 foi estabelecido na Lei nº 268 que os professores públicos cujas escolas no decurso do ano letivo não tivessem sido freqüentadas por pelo menos 24 alunos nas cidades, 18 nas vilas e 12 nas freguesias e demais lugares só receberiam metade do seu ordenado<sup>117</sup>. Esta medida foi contestada pelo Presidente Coutinho em 1850, que não considerava justo pagar-se metade do ordenado aos professores cuja classe não atingisse o número mínimo de alunos<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, ao Presidente da Província, João José Coutinho, 1858.

<sup>117</sup> Coleção de Leis Provinciais, Lei nº 268, de 1º/05/1848, art. 13.

<sup>118</sup> Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1850.

Os professores adjuntos recebiam um abono de 200 réis anuais e ao fim de quatro anos eram considerados habilitados para assumirem uma cadeira de primeiras letras sem terem que passar por concurso.

#### 4.1.4 A jubilação

Depois de certo tempo no magistério o professor tinha direito de requerer jubilação (aposentadoria) relativa aos anos trabalhados. Este direito foi tratado pela primeira vez na Lei Provincial nº183, de 29 de abril de 1843, a qual dispõe que com vinte anos de efetivo exercício o membro do magistério teria direito a ordenado integral. Mas se, por motivo de saúde ou por falta de conduta moral, fosse impedido de lecionar, era permitido, desde que contasse doze anos de ensino, requerer jubilação proporcional àqueles anos. Os que continuassem no exercício do magistério teriam acréscimo no salário, depois de vinte anos, da quarta parte do que recebiam<sup>119</sup>.

Além disso, os professores públicos teriam direito de contar, para fins de jubilação, o tempo de serviço prestado no magistério particular, contando dois anos por um e provando terem ensinado com aproveitamento<sup>120</sup>.

Em 1848 essa lei foi reformulada pela de número 268, concedendo aposentadoria integral ao professor que trabalhasse mais de 25 anos, sem nenhuma advertência por escrito e provando em junta de saúde ser portador de moléstia crônica e incurável que o inabilitasse a continuar no magistério ou, além de contar mais de 25

---

<sup>119</sup> Coleção de Leis Provinciais, Lei nº 35, de 14/05/1836.

<sup>120</sup> Idem, Lei nº 183, de 29/04/1843.

anos de serviço, sem nota, tivesse mais de 60 anos de idade<sup>121</sup>. Os demais requisitos continuavam os mesmos da legislação anterior.

As reformulações apresentadas nessa lei significaram um retrocesso nos direitos dos professores, isto é, houve um aumento no tempo de serviço necessário para a aposentadoria, além da perda do direito de contar o tempo de magistério em escolas particulares. Com referência à aposentadoria, durante a década de 1850 ocorreram algumas mudanças, porém o tempo de serviço permaneceu o mesmo da legislação anterior.

#### 4.2 A inspeção escolar

O insucesso da iniciativa da organização da escola da Capital como local para a habilitação de professores repercutiu nas leis e regulamentos, cujas reformulações posteriores elegeram a inspeção como forma de melhorar a qualidade de ensino.

Esta atividade era vista pelos administradores, desde a década de 1830, como forma de melhorar o desempenho do professor nas atividades docentes. Os Presidentes da Província argumentavam que se o trabalho de inspeção fosse realizado com eficiência, grande parte dos problemas relacionados à instrução seria resolvido. O Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, em março de 1837, observou que *a inspeção minuciosa e austera sobre as escolas primárias deve concorrer poderosamente para o melhoramento delas*<sup>122</sup>.

Em 6 de dezembro de 1837, João Carlos Pardal - Presidente da Província - encaminhou uma circular cobrando das

---

<sup>121</sup> Ibidem, Lei nº 268, de 1º/05/1848, art. 14.

<sup>122</sup> Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa, em março de 1837.

Câmaras Municipais que inspecionassem as escolas de primeiras letras e verificassem se os professores estavam trabalhando, se os alunos freqüentavam as aulas e qual o rendimento. Logo que obtivessem os dados solicitava o envio deles através de relatório. E advertia os vereadores:

*Sejam escrupulosos nos exames (...) os Professores, não devem exercer o magistério se forem viciados, porque mais mal farão os maus exemplos que oferecem que sem a instrução que derem*<sup>123</sup>.

Na década de 1850, João José Coutinho, referindo-se à necessidade da Província contar com uma pessoa habilitada para ocupar a função de Diretor Geral, afirmou que

*sem a nomeação do Diretor Geral se não pode calcular os melhoramentos que a Lei n° 382 de 1854 teve em vista (...) nomeando Diretor pode este indo às escolas syndicar do comportamento dos professores, conhecer os motivos da pouca freqüência dos alunos e propor com conhecimento de causa, as medidas que a bem do ensino se precisam tomar*<sup>124</sup>.

A importância dada à inspeção originou inúmeras reformas neste serviço. Inicialmente a função cabia às Câmaras Municipais<sup>125</sup>. A partir de 1840, além de atribuição das Câmaras, o Presidente da Província, sempre que lhe parecesse conveniente, poderia enviar pessoas de sua confiança a inspecionar as escolas<sup>126</sup>. Desde então,

<sup>123</sup> Circular do Presidente da Província, João Carlos Pardal, às Câmaras de Vereadores da Província em dezembro de 1837.

<sup>124</sup> Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1857.

<sup>125</sup> Lei geral de 1° de outubro de 1828, art. 11.

<sup>126</sup> Coleção de Leis Provinciais, Lei n° 136, de 14/04/1840, art. 11.

progressivamente, o Executivo foi centralizando a inspeção da rede escolar.

Em 1843, a Assembléia Legislativa aprovou medida que autorizava o Presidente da Província a punir os professores com desconto dos ordenados quando fossem negligentes ou omissos no cumprimento de seus deveres. Da mesma forma deveria punir os que se ausentassem de seu domicílio por mais de três dias de ensino sem causa justificada. Autorizava, ainda, demiti-los quando desenvolvessem uma *conduta desregrada*.

Em 1848 foram criadas legalmente novas funções na hierarquia da instrução pública e retirou-se das Câmaras Municipais a responsabilidade de inspecionar as aulas. Foram criados os cargos de Diretor Geral da Instrução Pública, Diretor Municipal e Diretor Paroquial, sendo os últimos escolhidos pelo Presidente da Província. Aos Diretores Municipais competia a administração e inspeção de todas as escolas dos municípios, públicas e particulares, devendo prestar informações ao Presidente, que acumulava a função de Diretor Geral. Aos Diretores Paroquiais cabia escolher as pessoas para acompanhar os exames dos alunos e, principalmente, servir de intermediários entre os professores e o Diretor Municipal<sup>127</sup>.

Segundo o Presidente da Província, em 1848 a instrução pública catarinense contava com sete diretores municipais e 15 diretores paroquiais. Nas escolas públicas atuavam 21 professores efetivos e sete interinos e havia cinco escolas vagas. Já as escolas particulares contavam com cerca de 20 professores. Como o Estado era responsável pela fiscalização das escolas públicas e das particulares, conclui-se que 22 encarregados de inspecionar a

---

<sup>127</sup> Coletânea de Leis Provinciais de 1835 a 1854. Lei nº 268, de 1º/05/1848.



instrução (entre diretores municipais e paroquiais) fiscalizavam a atuação de 48 professores.

De acordo com os dados acima, parece que os diferentes cargos criados serviam mais como elementos de reforço e afirmação nas disputas políticas locais do que como resposta a uma necessidade real da administração escolar. Se considerarmos que até pouco tempo antes o Rei e, naquele período, o Imperador eram pródigos na distribuição de títulos honoríficos, tudo indica que o dirigente da Província, na falta destes, distribuía cargos da máquina governativa para seus pares. Estas funções certamente davam algum prestígio social a quem as exercesse já que, até 1854, não eram remuneradas. Para o Presidente da Província, Severo Amorim do Valle, *a gratidão e o reconhecimento do país é o único galardão compatível com a importância desse serviço*<sup>128</sup>.

A lei de 1848 foi reformulada em maio de 1850 e a inspeção voltou a ser exercida pelas Câmaras Municipais, perdendo o Executivo a possibilidade de intervir diretamente sobre este serviço. As Câmaras podiam, entre outras funções, distribuir os atestados de frequência dos professores<sup>129</sup>.

A devolução desses encargos às Câmaras possivelmente ocorreu em decorrência das divergências políticas existentes na Província. Os deputados, buscando diminuir a influência do Presidente junto aos professores e comunidades, através dos Diretores que eram por ele escolhidos, delegaram às Câmaras Municipais o controle sobre a inspeção escolar.

---

<sup>128</sup> Relatório do 3º vice-presidente da Província de Santa Catarina, Severo Amorim do Valle, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1849.

<sup>129</sup> Coletânea de Leis Provinciais, Lei nº 313, de 13 de maio de 1850.

O Presidente Coutinho não concordava com esta medida. Em seu relatório encaminhado à Assembléia Legislativa em março de 1851 observou que:

*A Lei Provincial nº 313 do ano passado que alterou a de nº 268 de 1º de maio de 1848 em nada melhorou, antes parece que a tornou pior deixando-a sem nexos, e sem pensamento geral. Dando toda a inspeção às Câmaras Municipais, que não podem desempenhar com prontidão os deveres dos Diretores marcados na lei de 1848 tornou a inspeção nula, ou pelo menos fez com que em cada Município fossem as escolas por assim dizer regidas segundo a opinião que na Câmara em sessão tivesse maioria<sup>130</sup>.*

Insatisfeito, alegou que as Câmaras Municipais não inspecionavam as escolas satisfatoriamente, de forma que não havia

*faltado atestado de freqüência a um só dos professores, os quais, quando não os obtêm da Câmara, os recebem de seus Presidentes, ou dos Juizes de Paz. Entretanto, geralmente se diz que muitos professores só aparecem para abrir e fechar as aulas, entregando a direção destas a um ou outro aluno, quando não julgam melhor conservá-las fechadas<sup>131</sup>.*

Na sua opinião, a inspeção deveria estar a cargo de pessoas de livre nomeação da presidência, e não de funcionários ou corporações para cuja nomeação nem uma parte teve o executivo<sup>132</sup>.

---

<sup>130</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1851.

<sup>131</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1852.

<sup>132</sup> Ibidem.

Coutinho era homem com formação acadêmica e ampla experiência profissional por sua atuação em cargos públicos desde 1832. Sua compreensão acerca do papel da inspeção parece ter sido importante para garantir o retorno da centralização deste serviço às mãos do Executivo, em 1854, com a criação dos cargos de Diretor Geral e subdiretores.

A Resolução nº 382, de 1º de julho de 1854, estabeleceu que haveria um Diretor Geral das escolas de instrução pública e tantos subdiretores quantos fossem necessários. Estes seriam nomeados e demitidos livremente pelo Executivo. Como pode-se perceber, o poder voltou às mãos do Presidente da Província, como era de seu interesse.

De acordo com essa Resolução era responsabilidade do Diretor Geral dar explicações aos professores sobre como deviam ensinar, passar exemplares dos cadernos com os conteúdos a serem ministrados aos alunos, inspecionar pessoalmente as escolas e prestar conta anualmente ao Presidente sobre o desempenho do corpo docente e discente das escolas da Província, além de apresentar um mapa com um quadro geral dos alunos, dentre outras obrigações.

Ainda de acordo com a Resolução mencionada, o Diretor devia ter perfeito conhecimento das matérias do ensino e ser versado nos principais tratados de instrução primária, pelo menos dos que se achassem em língua nacional. Como não havia quem preenchesse tais requisitos e aceitasse trabalhar pelo ordenado de 400\$000 réis anuais, foi nomeado para assumir o cargo interinamente, em 1854, Antônio de Souza Fagundes, que era professor da 1ª escola pública masculina da Capital. No ano seguinte, Coutinho reclamou que

*a falta de pessoa habilitada para exercer o cargo de Diretor Geral tem obstado o preenchimento do lugar, e isto bastante contribui para se não poder dar às aulas uma regular inspeção. Os subdiretores, uns por se não compenetrarem bem da sua missão, outros por seus afazeres, pouca inspeção exercem nas escolas; a maior parte quase que se limitam a passarem atestados de freqüência, freqüência mesmo que muitas vezes ignoram*<sup>133</sup>.

Somente em 1858 Sérgio Lopes Falcão foi nomeado como titular do cargo, tendo por vencimento 800\$000 réis anuais.

Os subdiretores atuavam nos distritos, inspecionando as unidades escolares, visitando-as pelo menos uma vez a cada trimestre e enviando ao Diretor Geral as faltas e abusos observados, assim como os demais papéis remetidos pelos professores. Emitiam atestados de freqüência aos professores, nomeavam examinadores dos alunos e assistiam aos exames proferidos, assim como persuadiam os pais a enviarem seus filhos à escola<sup>134</sup>.

De acordo com os relatórios do Diretor Geral, a atuação da maioria dos subdiretores deixava muito a desejar, sendo apontada como uma das causas do precário estado da instrução pública *o pouco ou nenhum interesse que tenham os agentes subalternos encarregados de vigiar sobre o cumprimento da Lei, excetuando desta regra os subdiretores da Lagoa, de Canasvieiras, e talvez o de Santo Antônio*<sup>135</sup>. Além disto, muitos professores deixavam de realizar os exames de final de ano porque os subdiretores não haviam

<sup>133</sup> Relatório do presidente da Província, João José Coutinho, março de 1856.

<sup>134</sup> Coletânea de Leis Provinciais, Resolução nº 382, de 1º/07/1854, art. 5º.

<sup>135</sup> Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, apresentado ao Presidente da Província em dezembro de 1859.

indicado os examinadores, como havia ocorrido em São Francisco, onde *no ano passado apresentou o Professor em segunda classe 12 alunos, e 3 em 1ª, não chegando a fazer exames por não haver examinadores indicados*<sup>136</sup>.

A maioria dos subdiretores não cumpria as obrigações correspondentes ao cargo. Talvez por não serem remunerados ou pela pouca importância política que tinham. O fato é que o cargo não foi alvo de disputas, quase ninguém queria exercê-lo. O mesmo não ocorria com o cargo de Diretor Geral, que tinha uma importância mais expressiva na sociedade a ponto de os jornais catarinenses da época dedicarem vários artigos falando das vantagens, ou criticando a atuação de quem o exercia.

A relevância do cargo era tal que no jornal **O Cruzeiro do Sul** foi escrito um artigo que comparou a função deste à da seiva em uma árvore. O artigo diz que

*A instrução é uma árvore, cujos ramos se esgalham do tronco, que é por assim dizer a base ou a substância dessa mesma árvore. (...) A raiz desta árvore é o governo geral: o tronco é o governo provincial: os galhos com as suas folhas são os diversos ramos da instrução, personificados nos professores e discípulos; a seiva que alimenta esta árvore, desde a raiz até a última folha é o inspetor-geral. Já se vê pois de que importância é a função do inspetor-geral num sistema qualquer de instrução*<sup>137</sup>.

Nesse artigo o editor, além de mostrar a importância atribuída à função do Diretor Geral junto à instrução, demonstra

<sup>136</sup> Ibidem.

<sup>137</sup> Jornal O Cruzeiro do Sul, de 11 de março de 1858, p.8.

também como era, na sua visão, o sistema de ensino da época. A Presidência da Província era colocada como centro de decisões e responsável pelas articulações entre os diferentes setores educacionais e administrativos.

Além destas questões, o mesmo artigo sugeria o que deveria ser de competência do inspetor geral e quem seria a pessoa indicada para desempenhar tal função. Para o editor este cargo era

*considerado como lugar de confiança do governo provincial, e provido e destituído por este, segundo a melhor conveniência do serviço público neste ramo*<sup>138</sup>.

Sérgio Lopes Falcão, ao assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública, tratou de trabalhar os dados referentes ao quadro de alunos, professores e demais dados referentes à instrução, pois em 1859 estes aparecem bastante organizados. Em junho desse mesmo ano, tendo retornado a Desterro depois de ter visitado as escolas de primeiras letras de alguns municípios, apresentou um relatório ao Presidente da Província descrevendo cada escola nos seus diferentes aspectos. Segundo ele, o quadro das escolas públicas na Província encontrava-se pouco satisfatório devido à inexistência de prédios adequados até a falta de subdiretores competentes e, principalmente, falta de professores qualificados. Observou em seu relatório que, mesmo com o que

*tem o corpo legislativo provincial procurado e tem sido solícito em estabelecer e criar os meios pelos quais melhor se organize e prospere a instrução elementar, porém por mais que tenha feito, não tem ela em seus progressos correspondido por certo a sua*

---

<sup>138</sup> Ibidem.

*solicitude - Defeitos e defeitos mui graves a isso obstem: ou melhor, ela paira sobre elementos tais que em si mesmos já encerram o definhamento e aniquilação*<sup>139</sup>.

Outros relatórios do Diretor Geral relatam suas idas às escolas, porém os Municípios de Lages, Laguna e São Miguel não aparecem nas relações, gerando notícias no jornal **O Argos**, que publicou em um de seus artigos o seguinte:

*De diferentes municípios tem-se-nos perguntado se o Sr. Dr. Sérgio Lopes Falcão renunciou o cargo de diretor geral da instrução primária da província, pois há quase 6 meses que constatou a sua nomeação e até o presente ainda não tiveram o gosto de vê-lo (...) Reconhecemos que as perguntas têm alguma coisa de razoável; porque o período, que há decorrido da sua nomeação é suficiente para alguma cousa ter feito Sr. Diretor*<sup>140</sup>.

Nesse mesmo artigo o editor faz insinuações sobre a preferência do Diretor pelas escolas particulares, alegando que ao visitar

*as escolas públicas e particulares da capital, e numa destas, sabemos com certeza, que procedeu a um acurado exame dos discípulos, para conhecer do estado de adiantamento ou atraso nas matérias que nela são explicadas, e procedendo assim em um estabelecimento que nenhuma despesa dá aos cofres da província, é de presumir que não mude de conduta*

<sup>139</sup> Relatório Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, ao Presidente da Província, em 17 de junho de 1859.

<sup>140</sup> Jornal O Argos de 21 de junho de 1859.

*a respeito das escolas públicas, com as quais despende-se avultada soma anualmente*<sup>141</sup>.

O espaço dispensado pelos jornais ao trato de questões referentes ao Diretor Geral era também devido à importância política representada pelo cargo. As lideranças locais em disputa pelo controle político da Província utilizavam-se dos cargos públicos para ganharem a confiança da população. Sendo cargo de confiança do Presidente, este poderia, através de um representante competente, garantir ou ampliar sua credibilidade perante os catarinenses, uma vez que havia demanda concreta pela educação escolarizada.

Os Diretores Municipais e Paroquiais assim como o Diretor Geral e Subdiretores tiveram suas funções criadas para orientar e controlar o trabalho docente. Ao mesmo tempo, exerciam uma função política de articulação entre professores e pais de um lado e governo do outro.

---

<sup>141</sup> Ibidem.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa procurei levantar os dados sobre o processo inicial de organização da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina.

Os dados coligidos junto as fontes documentais pesquisadas possibilitaram perceber que a rede pública de ensino elementar começou a ser organizada, criada, a partir de 1830, e que até 1859 os elementos básicos, indispensáveis para a denominação de “rede” haviam sido criados. Qual seja, o número de escolas públicas de cinco, criadas em 1830, passou para 55 em 1860 e neste último ano havia aproximadamente 1500 alunos matriculados. Foi autorizada a compra de mobiliário próprio (1855), as primeiras escolas passaram a funcionar em *prédios próprios* (1857), foi apresentada uma legislação que regulamentou múltiplos aspectos da vida escolar: as disciplinas, o calendário, o horário, a contratação e aposentadoria do professor, a hierarquia administrativo-pedagógica da estrutura escolar.

Os elementos básicos foram criados, no entanto, as condições destes eram precárias: essa rede atendia em torno 1,3% da população total livre; das escolas existentes algumas sempre encontravam-se vagas (fechadas); do total de alunos matriculados, metade não chegava a freqüentar regularmente as aulas e o percentual de aprovação foi sempre baixíssimo; a regra era mobiliário e prédios improvisados (o que se chama de escola era em sua maioria algo equivalente a uma sala de aula); O Estado, no sentido restrito de sociedade política, estava presente, no critério de escolha, fiscalização e dispensa dos professores; foi uma constante a falta de professores, grande parte das escolas

funcionavam com professores interinos (substitutos). Esse era o grau de fragilidade do organismo (rede) que tem origem e sua fase inicial de desenvolvimento naquele período.

O fato de apresentar tal fragilidade não impediu, contudo, o avanço da publicização do ensino, que em 1831 apresentava um quadro de cinco escolas públicas e 45 particulares<sup>142</sup> e em 1859, 56 públicas e 12 particulares. Percebe-se, portanto, que houve uma expansão significativa do caráter público dessa rede de ensino elementar que vai se constituindo no Estado de Santa Catarina.

Com relação ao porque da preocupação com a organização do ensino público, os dados coligidos dão alguns elementos mas que precisam ser melhor contextualizados. Neles a justificativa para a criação da rede pública de ensino elementar era que o progresso e a civilidade estavam relacionados com o grau de instrução da população. Nos relatórios, os Presidentes observavam, entre outras colocações, que sem instruir o povo não era possível que a Província se desenvolvesse.

Esta preocupação norteou o delineamento da rede pública de ensino elementar que, ao que parece, foi constituída com a função primordial de “civilizar” a população, tornando-a obediente às leis, o que garantia o avanço da organização do próprio Estado, segundo os interesses da elite política dirigente do país naquele período.

A criação de escolas públicas não estava vinculada, portanto, a uma preocupação em formar uma sociedade de pessoas cultas, independentes, capazes de questionar a realidade, mas assegurar “um certo grau de cultura moral” o que levaria à população que a freqüentava respeitar as leis civis, mantendo assim, a ordem social estabelecida.

---

<sup>142</sup> As escolas particulares eram, na sua grande maioria, escolas leigas.

Os elementos básicos de leitura e escrita, trabalhados nas escolas, eram impregnados de idéias religiosas, moralizantes e de respeito e amor à pátria.

A ação do professor nesta tarefa era fundamental, daí o Estado exigir que os mesmos estivessem, entre outros requisitos, no gozo de seus direitos políticos, sem nota na regularidade da sua conduta, tivessem bons costumes e professassem a religião do Estado. O professor deveria ser o exemplo de “moralidade” e “civilidade”.

Além de exigir uma determinada conduta do professor, o Estado definia o modo como o mesmo deveria atuar em sala de aula. Isso se dava tanto pela definição dos compêndios que seriam utilizados como pela orientação de procedimentos de ensino. Quando fossem explicar gramática, por exemplo, deveriam procurar usar de orações que envolvesse um sentido moral e inspirasse nos discípulos sentimentos de religião, virtude e amor às instituições do Estado<sup>143</sup>. Deveriam ainda, fazer com que seus alunos se tratassem com urbanidade e que não usassem de palavras, gestos, e pinturas indecentes ou obscenas<sup>144</sup>.

Outra forma de controle da educação por parte do Estado foi criação da inspeção escolar que tinha por função fiscalizar, orientar e punir os professores.

Percebe-se, portanto, que as diretrizes tomadas pelo Estado com relação a instrução pública visavam a formação de um determinado cidadão, com uma determinada mentalidade, voltada para a obediência e respeito às instituições.

---

<sup>143</sup> Regulamento da instrução primária de 05/05/1859, artigo nº 16.

<sup>144</sup> Ibidem, artigo nº 22.

Estes são alguns elementos indicadores das razões que levaram o Estado a criar escolas pública de ensino elementar na Província de Santa Catarina. Mas, além disto, para que esta questão seja melhor explicitada faz-se necessário saber qual o papel dessa rede pública na inclusão e exclusão da população no processo de urbanização e como o conjunto da população foi incluído ou excluído da escola pública.

Como toda pesquisa foi realizada com dados obtidos em documentos oficiais, ou seja, fontes que expressam um lado da história (a oficial), faz-se necessário, também, realizar uma investigação rigorosa sobre o ESTADO: no caso, que estamentos ou frações de estamentos dominavam esse aparelho de Estado? Quais eram os interesses mais fundamentais e que relação a organização de uma rede pública de educação escolar tinha com esses mesmos interesses? Em que medida para que eles se realizassem era necessário a constituição de uma rede desta natureza?

## 6 FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICA

### 6.1 Fontes primárias

#### 6.1.1 Obras

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pela província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. BUFSC.

BRITO, Paulo José. *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina, 1816*. BUFSC.

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida. *Memória histórica da Província de Santa Catarina*. Santa Catarina: Tipografia de J.J. Lopes, Reimpresso em 1877. BUFSC.

DUTRA, M.A. *Assembléa das Aves*. R.J. Typographia do Mercantil, 1847. p. IX. BUFSC.

PAIVA, Pe. Joaquim Gomes de Oliveira e. *Notícia geral da Província de Santa Catarina*. Desterro: Tipografia da regeneração, 1973. (Obra póstuma anotada por Alfredo Teotônio da Costa).BPESC.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1978. BUFSC.

----- . *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 1936. BUFSC.

SANTA CATARINA, Ilha de. *Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Compilado por Paulo Berger.

Florianópolis: Ed. UFSC/ Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. BUFSC.

## **6.1.2 Legislação**

### **6.1.2.1 Leis e decretos imperiais**

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. In: Coletânea de Leis Imperiais - APESC e BPESC.

-----, Lei Geral de 1º de outubro de 1828. In: Coletânea de Leis Imperiais - APESC e BPESC.

-----, Decreto Imperial de 10 de setembro de 1830. In: Decretos Imperiais 1827/1831, vol.15 - APESC.

-----, Decreto Imperial de 27 de agosto de 1831. In: Decretos Imperiais 1827/1831, vol. 15 - APESC.

-----, Lei nº16, de 12 de agosto de 1834 - Ato Adicional - APESC.

Carta Imperial de 20 de março de 1823. In: Coleção de Leis e Decretos do Império do Brasil, 1823 - BPESC.

### **6.1.2.2 Leis provinciais referentes à instrução pública elementar**

SANTA CATARINA. Coleção de Leis Provinciais. Lei nº 09 de 15/04/1835 - BPESC.

-----, Lei nº 18 de 12/05/1835 - BPESC.

- , Lei nº 35 de 14/05/1836 - BPESC.
- , Lei nº 48 de 15/06/1836 - BPESC.
- , Lei nº 57 de 21/03/1837 - BPESC.
- , Lei nº 57 de 21/03/1837 - BPESC.
- , Lei nº 62 de 08/04/1837 - BPESC.
- , Lei nº 69 de 25/04/1837 - BPESC.
- , Lei nº 82 de 21/03/1838 - APESC.
- , Lei nº 93 de 27/04/1838 - BPESC.
- , Lei nº 116 de 18/04/1839 - BPESC.
- , Lei nº 136 de 14/04/1840 - BPESC.
- , Lei nº 151 de 26/03/1841 - BPESC.
- , Lei nº 181 de 29/04/1843 - BPESC.
- , Lei nº 183 de 29/04/1843 - BPESC.
- , Lei nº 214 de 06/05/1845 - BPESC.
- , Lei nº 226 de 15/04/1846 - APESC.
- , Lei nº 236 de 06/04/1847 - BPESC.
- , Lei nº 265 de 26/04/1848 - BPESC.
- , Lei nº 267 de 27/04/1848 - BPESC.
- , Lei nº 268 de 1º/05/1848 - BPESC.
- , Lei nº 276 de 26/03/1849 - BPESC.

- , Lei nº 281 de 30/03/1849 - APESC.
- , Lei nº 293 de 07/05/1849 - BPESC.
- , Lei nº 307 de 13/05/1850 - BPESC.
- , Resolução nº 382 de 1º/07/1854 - BPESC.
- , Regulamento da Instrução Primária de 05/05/1859 - APESC.

### **6.1.2.3 Leis provinciais referentes ao orçamento das despesas anuais da Província de Santa Catarina**

SANTA CATARINA, Coleção de Leis Provinciais. Lei nº 21 de 13/05/1835 - BPESC.

- , Lei nº 47 de 11/06/1836 - APESC.
- , Lei nº 71 de 28/04/1837 - BPESC.
- , Lei nº 101 de 04/05/1838 - BPESC.
- , Lei nº 124 de 29/04/1839 - BPESC.
- , Lei nº 146 de 04/ 05/1840 - BPESC.
- , Lei nº 157 de 30/04/1841 - BPESC.
- , Lei nº 171 de 02/05/1842 - BPESC.
- , Lei nº 184 de 06/05/1843 - BPESC.
- , Lei nº 202 de 04/05/1844 - BPESC.
- , Lei nº 218 de 07/05/1845 - BPESC.



- , Lei nº 230 de 09/05/1846 - BPESC.
- , Lei nº 240 de 11/05/1847 - BPESC.
- , Lei nº 274 de 04/05/1848 - BPESC.
- , Lei nº 293 de 07/05/1849 - BPESC.
- , Lei nº 307 de 13/05/1850 - BPESC.
- , Lei nº 336 de 10/05/1851 - BPESC.
- , Lei nº 348 de 04/05/1852 - BPESC.
- , Lei nº 354 de 06/05/1853 - BPESC.
- , Lei nº 381 de 30/06/1854 - BPESC.
- , Lei nº 401 de 12/05/1855 - BPESC.
- , Lei nº 424 de 15/05/1856 - BPESC.
- , Lei nº 439 de 29/05/1857 - BPESC.
- , Lei nº 456 de 05/05/1858 - BPESC.
- , Lei nº 470 de 29/04/1859 - BPESC.

#### **6.1.2.4 Leis sobre assuntos diversos**

- SANTA CATARINA, Coleção de Leis Provinciais, Lei de 10/04/1835. Estabelece o período do ano para realização das sessões ordinárias da Assembléia Legislativa Provincial - BPESC.
- , Lei nº 12 de 05/05/1835. Criação da Força Policial da Cidade de Desterro - BPESC.

- , Lei nº 31 de 02/05/1836. Estabelece obrigações à Força Policial com relação aos escravos - BPESC.
- , Lei nº 40 de 31/05/1836. Referente à doação da Tipografia para a Assembléia Legislativa Provincial e normas de funcionamento da mesma.
- , Lei nº 42 de 1º/05/1836. Referente às posturas públicas - BPESC.
- , Lei nº 43 de 1º/06/1836. Estabelece critérios para a criação e funcionamento da Coletoria - BPESC.
- , Lei nº 56 de 21/03/1837. Referente à organização e atribuições da Provedoria da Província - BPESC.
- , Lei nº 65 de 12/04/1837. Autoriza o Presidente da Província a contratar um engenheiro e estabelece as obrigações para o mesmo - BPESC.
- , Lei nº 87 de 04/04/1838. Proíbe a exportação de todos os artigos de comércio para o Município de Lages - BPESC.
- , Lei nº 277 de 26/03/1849. Trata da alteração do nome das comarcas - BPESC.
- , Lei nº 286 de 30/04/1849. Estabelece o valor da bolsa de estudo para Luís de Medeiros estudar em São Paulo no curso de Ciências Jurídicas e Sociais - BPESC.

### 6.1.3 Documentos diversos

Circular do Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, as Câmaras Municipais da Província de Santa Catarina, 10 de março de 1837 - APESC.

Circular do Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, as Câmaras Municipais da Província de Santa Catarina, 21 de abril de 1837. APESC.

Circular do Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, às Câmaras Municipais da Província de Santa Catarina, 17 de agosto de 1837. APESC.

Circular do Presidente da Província, João Carlos Pardal, às Câmaras Municipais da Província de Santa Catarina, 06 de dezembro de 1837 - APESC.

Circular do Presidente da Província, João Carlos Pardal, às Câmaras Municipais da Província de Santa Catarina, 17 de agosto de 1838. APESC.

Circular do Presidente da Província, João Carlos Pardal, às Câmaras Municipais da Província de Santa Catarina, 19 de dezembro de 1838. APESC.

Correspondência de pais de alunos da Freguesia de São João Batista ao Presidente da Província, 1º de fevereiro de 1855. In: Correspondência de diversos ao Presidente da Província - APESC.

Ofício do Diretor Geral Interino da Instrução Primária, Antônio de Souza Fagundes, ao Presidente da Província, 18 de janeiro de 1855 - APESC.

Ofício do Diretor Geral Interino da Instrução Primária, Antônio de Souza Fagundes, ao Presidente da Província, 19 de fevereiro de 1855 - In: Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855 - 1860 - APESC.

Ofício do Diretor interino da Instrução Primária, Antônio de Souza Fagundes, ao Presidente da Província, 13 de fevereiro de 1855. In: Ofício da Diretoria da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855/1860 - APESC.

Ofício do Diretor Geral Interino da Instrução Primária, Antônio de Souza Fagundes, ao Presidente da Província João José Coutinho, 21 de setembro de 1857. In: Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855 - 1860 - APESC.

Ofício do Diretor Geral Interino da Instrução Pública, Antônio de Souza Fagundes, ao Presidente da Província, 19 de fevereiro de 1858. In: Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855 - 1860 - APESC.

Ofício do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, ao Presidente da Província, 05 de setembro de 1859. In: Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855 - 1860 - APESC.

Ofício do Presidente da Província, João José Coutinho, ao Subdiretor da Capital, Joaquim Juvêncio, 1º de março de 1856. In: Registro do Presidente da Província à diretoria da Instrução Pública - APESC.

Parecer da Comissão da Justiça Criminal e Civil da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, 1842 a 1846 - APESC.

#### 6.1.4 Relatórios

Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, ao Presidente da Província, 11 de agosto de 1859. In: Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855 - 1860 - APESC.

Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, ao Presidente da Província, 20 de janeiro de 1860. In: Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Presidente da Província, 1855 - 1860 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim, apresentado ao Conselho Geral da Província de Santa Catarina, 10 de novembro de 1830 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, apresentado à Assembléia Legislativa em 9 de dezembro de 1833 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1835 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1837 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, João Carlos Pardal, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1838 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, João Carlos Pardal, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1839 - APESC.

Relatório do Presidente da Província, Francisco de Souza Soares de Andrea, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1840 - APESC.

Relatórios do Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, apresentado à Assembléia Legislativa no período de 1841-1848 - APESC.

Relatório de Vice-Presidente Presidente da Província, Severo Amorim do Valle, apresentado à Assembléia Legislativa em 1849 - APESC.

Relatórios do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa no período de 1850 - 1859 - APESC.

#### **6.1.5 Jornais**

O CONSERVADOR. Desterro, nº361, 5/12/1855, p.1, c.2. BPESC.

CRUZEIRO DO SUL. Desterro, 11/03/1858; 12/01/1859. BPESC.

O ARGOS, Desterro, 15/08/1856; 21/06/1859. BPESC.

O MENSAGEIRO, Desterro, 23/02/1856. BPESC.

### **6.2 Fontes secundárias**

#### **6.2.1 Obras**

ANSON, George. *Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

BOITEUX, Henrique. *A República Catarinense: notas para a sua história* - Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

BOITEUX, José Artur. *Os partidos políticos em Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Livraria Moderna, Florianópolis, 1913.

BOITEUX, Lucas. *Ephemerides Catharinenses (1500-1910)* Typografia da Escola de Artífices, 1921.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, 1968.

-----, *Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.*

CALDAS, Candido. *História militar da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

CARUSO, Mariléia M. Leal, CARUSO, Raimundo C. *Mares, e longínquos povos dos Açores*. Florianópolis: Insular, 1996.

FADEL, Iris. *Evolução do sistema escolar em Santa Catarina no período de 1834 a 1889*. Florianópolis. *Revista Atualidades*, 1949.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FONTES, Henrique da Silva. *A instrução em Santa Catarina*, 1916.  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa*  
*Catarina*, vol. VII, 3º trimestre, 1918. BPESC.

GOULART, Janete Jane. *A instrução pública elementar na Província*  
*de Santa Catarina -1834-1889*. Florianópolis, 1992.  
 Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de  
 Santa Catarina, 1992.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias* (subsídios para a  
 história de educação no Brasil) 1834 - 1889. São Paulo:  
 Companhia Editora Nacional, 1940, 3º vol.

----- *A instrução e o Império* (subsídios para a  
 história de educação no Brasil) São Paulo: Companhia Editora  
 Nacional, 1937, 2º vol.

PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco; escravidão e*  
*preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre:  
 Mercado Aberto, 1988.

----- *Mulheres honestas e mulheres faladas:*  
*uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

### 6.2.2 Revistas

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA  
 CATARINA, Florianópolis, 1º e 2º trim. 1913. BPESC.

-----, 3º e 4º trimestre, 1914. p.197 e 198. BPESC.

-----, Vol. V - 1916. BPESC.

-----, vol. VII, 3º trimestre, 1918. BPESC.



### 6.3 Bibliografia de apoio

ALENCAR, Francisco. *História da sociedade brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. ao Livro Técnico, 1995.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889*. Tradução Antônio Chizzzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Zaia. *A construção de um objeto em história da educação: problematizando a interdisciplinaridade*. Seminário História da Educação: A Ótica dos Pesquisadores. Belo Horizonte, MG, 1994.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. *O mito do método*. Seminário de Metodologia e Estatística, PUC/RJ, 1971.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Coleção tema brasileiros; v.4).

CARVALHO, Marta Maria C. de. *A articulação entre a concepção teórica e o universo empírico da pesquisa: um depoimento*. Seminário História da Educação. A Ótica dos Pesquisadores. Belo Horizonte, MG, 1994.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. *Um painel do teatro catarinense no séc. XIX - com enfoque em Nossa Senhora do Desterro*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade de São Paulo, 1984.

- COSTA, Maria Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: KAIRÓS Livraria Editora, 1983.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, reimpressão, 1993.
- GIOLO, Jaime. *Lança & Grafite (A instrução no Rio Grande do Sul: da primeira escola ao fim do Império)*. Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF, 1994.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HERDT, Moacir. *As escolas paroquiais em Santa Catarina - 1890 - 1930. Florianópolis, 1992*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. 1992.
- HOBSEBAWM, Eric F. *A era das revoluções - 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.71-94.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira - O Brasil Monárquico*. 4º vol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p.317-383.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

HÜBENER, Laura Machado. *O comércio na Cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

----- . *O movimento do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1979.

LEMKUHL, José Mauro. *A gênese da escola colonial brasileira*

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis, co-edição Ed. da UFSC - Ed. Lunardalli, 1983.

LINHARES, Maria Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação: da antigüidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MATTOS, Odilon Nogueira de. *Páginas Catarinenses*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1993.

MEIRINHO, Jali. *Datas históricas de Santa Catarina - 1500-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC e Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIRA, Marli. *A população de Santa Catarina nos séculos XVII, XVIII e XIX*.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

- NUNES, Clarice. Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 71 (167): 7-31, jan./abr. 1990.
- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. Loyola, SP, 1973.
- PIAZZA Walter F. et. ali. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa - SC, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Ed. Lunardelli, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: Ed. UDESC, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias. 1834-1984*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 3ª ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica - primeiras aproximações*. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº40, São Paulo: Cortez, 1991.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SOARES, Iaponan. *Marcelino Antônio Dutra: Um aspecto formativo da leitura catarinense*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1970.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. *Oswaldo R. Cabral: Páginas de um livro de memórias*. Florianópolis: Editora da UFSC/UDESC, 1993.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou o planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEIGA, Eliane V. da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis, Ed. da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

WARDE, Miriam J. Anotações para uma historiografia da educação. *Em aberto*, Brasília, ano 3, n.23, set./out., 1984.

XAVIER, Maria E. S. P. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez, 1992.

**ANEXOS**

## QUADRO 1

## Divisão Administrativa da Província de Santa Catarina - 1838

Comarcas	Municípios	Paróquias/Curato	Freguesias	Distritos
S U L  N O R T E	Nossa Senhora do Desterro	Da Lapa, da Conceição, das Necessidades, São João Batista e São Francisco de Paula	Desterro, Ribeirão, Lagoa, Santo Antônio.	Ribeirão, Lagoa Rio Vermelho, Santo Antônio e Canasvieiras
	Laguna	Santo Antônio dos Anjos, Santa Ana, São João Batista, N.S. <sup>a</sup> da Piedade	Vila Nova, Laguna, Tubarão, Imaruí	Vila, Vila Nova Imaruí e Piedade
	São José	São José e Nossa Senhora do Rosário	São José, Rosário, Enseada	Vila e Enseada do Brito
	São Miguel	São Miguel	São Miguel	Vila
	Porto Belo	Bom Jesus dos afflitos e Santíssimo Sacramento	S. João Batista do Tijucas, Camboriú, Porto Belo, Itajaí	Vila e Itajaí
	São Francisco	N. S. <sup>a</sup> da Graça e Curato de N.S. da Penha	Itapocorói, Barra Velha, São Francisco	Vila Itapacoroi
	Lages	N. S. <sup>a</sup> dos Prazeres	Lages	Villa

Fonte: Relatório do Presidente da Província, João Carlos Pardal, apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1838

PIAZZA, W. F. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis: UDESC, 1975, p.22 -23.

## QUADRO 2

## Presidentes da Província de Santa Catarina - 1825/1860

Nome	Período de governo	Curriculum vitae resumido
Antônio Rodrigues de Carvalho	16/2/1824 a 12/3/1825	Natural do Ceará, Bacharel pela Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra. Ocupou diversos cargos públicos, em diferentes Províncias: foi Juiz de Fora e Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas de Goiânia, em 1808; em 1814, ouvidor da Comarca do Ceará; em 1821, Desembargador da Relação da Bahia; em 1826 Desembargador da Casa da Suplicação e Desembargador dos Aspargos no ano seguinte, onde foi efetivado. Em Carta Imperial de 1829, foi nomeado Chanceler Mor do Império. Em 1835, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi Deputado Constituinte pela Província do Ceará em 1823, e, em 1826, Senador pela mesma Província.
Francisco D'albuquerque Mello	12/03/1825 a 14/01/1830	Natural de Portugal, exercia a função de governador das armas da Paraíba.
Miguel de Souza Mello e Alvim	12/12/1829 a 22/04/1831	Natural de Portugal, veio para o Brasil com D. João em 1808. Foi Ministro da Marinha em 1828.
Feliciano Nunes Pires	06/09/1831 a 04/11/1835	Natural de Desterro. Advogado, exercia também a função de professor.
José Mariano de Albuquerque Cavalcanti	04/11/1835 a 28/05/1836	Natural do Ceará.
Francisco Luis do Livramento	28/05/1836 a 24/01/1837. (interino)	
José Joaquim Machado de Oliveira	24/01/1837 a 14/10/1837	Paulista, Tenente Coronel.
João Carlos Pardal	14/10/1837 a 18/09/1839	Natural de Lisboa, Portugal, Tenente Coronel.
Francisco José de Souza Soares de Andréa	18/09/1839 a 26/01/1840	Natural de Lisboa, Portugal, militar, foi nomeado para presidir a Província de Santa Catarina com a finalidade de resolver os problemas do Sul relativos à Revolução Farroupilha e à República Juliana; abateu as tropas comandadas por Garibaldi e Canabarro, desfazendo o movimento Republicano.



Antero José Ferreira de Brito	26/01/1840 a 26/12/1848	Natural de Porto Alegre, era militar.
Antônio Pereira Pinto	06/03/1849 a 30/11/49	Carioca, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo.
João José Coutinho	24/01/1850 a 21/10/1859	Carioca, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo.

---

Fonte: CORRÊA, Carlos H. **Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982**. Florianópolis, Ed. da UFSC .